

Doc id.	transcription_20250829_193825
Location	
Revised by	
Note	Artificial intelligence has been used to generate this transcriptions and summary. It was briefly reviewed by a human professional historian. The goal is to provide extended search capabilities to the BDM database; it is not intended for academic publishing.
Contact	For additional information, please contact us by email to bdm@usj.edu.mo . Don't forget to include the above document ID for easier tracking.

Summary

In 1907, a dispute arose over the execution of the Pontifical Decrees of February 3, 1903, and March 16, 1904, which mandated an exchange of ecclesiastical jurisdictions between the Bishop of Macau, João Paulino d'Azevedo e Castro, and the Apostolic Prefect of Canton. The agreement stipulated that Macau would cede the island of Hainan in exchange for the district of Shao-King (Shew-ing). After an accord was reached in 1906, the Prefect of Canton delayed implementation, citing opposition from French missionaries and later demanding an indemnity of 41,073 patacas for property value differences, a claim supported by French Foreign Minister S. Pichon in a note of July 13, 1907. Bishop João Paulino refuted this, stating no indemnity was ever agreed upon. To resolve the impasse, he received permission on March 27, 1907, to travel to Europe, departing from Hong Kong on May 8 and arriving in Rome on June 3. Following his presentation of a formal *Memoria*, the Cardinal Secretary of State, Merry del Val, communicated on July 19, 1907, the Holy See's definitive decision ordering the exchange to proceed without further delay. By March 1908, the French government instructed the Prefect to comply, and on April 27, 1908, Bishop João Paulino requested Portuguese diplomatic efforts to secure recognition of the new jurisdiction from the Chinese government.

page_0001

1ª Repartição

Macau

Processo ácerca do acordo celebrado entre o Bispo de Macau e o Prefeito Apostolico de Cantão relativamente á troca de jurisdições sobre a ilha de Hainam e o distrito de Shao-King (ou Shew-ing).

Ano de 1907

page_0002

SECRETARIA D'ESTADO
dos Negocios
da Marinha e Ultramar

Direcção Geral do Ultramar

1.^a Repartição

2.^a Secção

N.º

[Marginalia, left, in red ink]

Officio ao Ministro
dos Negocios Estrangeiros
em 25-5-1907.

[Top right corner, handwritten]

(Copia para acompanhar
o officio a S. Ex.^a)

S. Ex.^a o Ministro concorda.

16 de V de 1907

Horty

O bispo de Macau, dando conta
da opposição ultimamente feita pelo
prefeito apostolico de Cantão á realisa-
ção do accordo sobre a troca de jurisdi-
ções na ilha de Hainan e no districto
de Shao-king, pediu em officio de 8 de
fevereiro ultimo que, pelo Ministerio
dos negocios estrangeiros, fossem dadas
providencias para que, tanto junto do Go-
verno de Paris, como junto da Santa Sé,

se não levantem duvidas que possam causar embaraços á prompta execução do decreto pontificio de 16 de março de 1904.

Pouco depois recebeu um telegramma do prelado pedindo licença para vir ao reino, via Roma, a fim de tractar directamente do assumpto perante a Santa Sé.

No incluso officio de 2 d'abril ultimo agradece o ter-lhe sido concedida aquella licença e renova o pedido das alludidas providencias, feito no anterior officio de 8 de fevereiro.

O facto de o prelado resolver ir a Roma tratar da questão, fez com que esta Rep.^a nada informasse sobre o pedido; mas, em vista da sua instancia, é de parecer que se remetta uma copia do officio de 8 de fevereiro ao Ministerio dos negocios estrangeiros solicitando a expedição dos despachos necessarios ao nosso

page_0003

representante em Paris e ao Embaixador junto da Santa Sé para procurar remover quaesquer difficuldades que ainda se levantem sobre o assumpto.

Em 14-5-907.

Z-Couto

page_0004

GOVERNO ECCLESIASTICO

DA

DIOCESE DE MACAU

N.º 27

[STAMP: DIOCESE DE MACAU]

[STAMP: ULTRAMAR

18 MARÇO 1907

Rep. N.º 179]

Ill.mo e Ex.mo Senhor

Tenho a honra d'accusar a recepção dos officios de V. Ex.^a de 11 d'outubro e 17 de dezembro ultimos dando-me conhecimento das communições recebidas pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros, de S. Ex.^a o Ministro Portuguez em Paris, ácerca do accordo celebrado entre mim e o Snr. Prefeito Apostolico de Cantão relativamente á troca de jurisdicções sobre a ilha de Hainan e o districto de Shao-King (ou Shiu-ing). Effectivamente entre mim e os delegados d'aquelle Prelado, a pós varias e demoradas conferencias a que de proposito vieram por differentes vezes a Macau, resolveu-se procedermos á execução do Decreto da Propaganda de 3 de fevereiro de 1903, em forme se applicou o Decreto Pontificio de 16 de março de 1904. Eu pretendia, como em varios officios fiz ver ao Governo de Sua Magestade, que a troca

de Hainan viessem para a jurisdição de Macau, além do districto de Shao-King, algumas sub-prefeituras ao sul d'este, e sustentei esta pretensão ainda depois das explicações dadas pela Santa Sé ao Decreto de 3 de fevereiro, porque o Prelado de Cantão se mostrava disposto a entrar em um accordo comigo sobre uma differente delimitação. Mas a final desisti, porque aquelle Prelado não me cedia o que eu reclamava, e a troca do que me queria ceder, pretendia que eu lhe cedesse, além da ilha de Hainan, a melhor parte do districto que os Decretos da Santa Sé

1.^a REPARTIÇÃO

DA

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.^a Secção

Macau N.º 39

11 de Março de 1907

page_0005

davam a Macau!

Convencidos de que não podíamos chegar a um accordo, tomámos, na derradeira conferencia celebrada em 4 de setembro ultimo, aquella resolução: – a ilha de Hainan passaria desde logo para a jurisdição do Prefeito Apostolico de Cantão e o districto de Shao-King (Shew-ing) viria para a jurisdição effectiva do Bispo de Macau. Alem d'isso fixou-se o meado d'outubro para uma nova reunião em que se faria a reciproca entrega dos territorios permutados e se lavraria e assignaria o competente auto, devendo logo a seguir a este acto os missionarios francezes abandonar o districto de Shew-ing e o pessoal da missão portugueza a ilha de Hainan. Foi este o accordo que o Prelado de Cantão disse em telegramma para Paris ter sido celebrado entre mim e elle, e que depois replicou em relatorio. E' este tambem o accordo a que se refere o nosso digno representante junto do Governo da Republica franceza nas communicções feitas para o Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Cumpre-me dizer a V. Ex.cia que desisti da minha pretensão a obter uma maior compensação pela cedencia da ilha de Hainan por varias razões: 1.º o Decreto Pontificio de 16 de março de 1904 explicando o de 3 de fevereiro n'um sentido restricto para mim, não me permitia reclamar outros territorios alem do districto de Shew-ing; 2.º no decurso das negociações

page_0006

entabuladas por mim e o Prelado de Cantão para chegarmos a um accordo sobre uma nova delimitação, convenci-me, como já disse, da impossibilidade de, por este meio, reivindicarmos a posse de quaesquer territorios do nosso Padroado actualmente sob a jurisdicção dos Padres das Missões Etrangères de Paris: 3º. hoje estou convencido de que mais convem ao Real Padroado o districto de Shao-King do que a ilha de Hainan por varias razões: a) é muito mais proximo de Macau, a um dia de viagem apenas, e rio acima; b) é muito mais populoso, c) tem muito maior numero de christãos, e muitos d'elles descendentes d'antigas familias chamadas ao christianismo por nossos missionarios, e d) possui mais e melhores egrejas e residencias para missionarios. Apesar de terem decorrido mais de tres mezes depois da epocha fixada para a entrega definitiva dos territorios permutados, ainda esta se não celebrou. E' devida esta demora a ter ficado assente entre mim e o Prelado de Cantão que missionarios das duas jurisdicções iriam antes visitar os lugares de missão para darem e tomarem conhecimento por meio d'inventarios do que houvesse nos differentes lugares.

Fez-se isso em Hainan onde os nossos missionarios procederam cavalheirosamente para com o enviado do Snr. Prefeito Apostolico, recebendo este um exemplar do inventario assignado por elle e pelo Superior da Missão Portugueza

page_0007

que a toda a parte o acompanhou.

Em Shao-king não tem sido facil
fazer-se outro tanto por causa de certa apposição
da parte d'alguns christãos, de pouca importancia
na realidade, mas a que os missionarios francezes,
para seus fins, pretendem dar grande vulto.

Não quero affirmar que sejam elles os
promotores d'essa apposição, e' porem evidente
que d'ella são conniventes, como ja'o declarei a
Monsenhor o Prefeito Apostolico.

O clero de Cantão não recebeu de bom
grado o Decreto de 3 de fevereiro de 1903, e agora
que se trata da execução d'elle, procura por todos
os meios impedil-a ou pelo menos difficultal-a.
Bastará dizer a V. Ex.cia que desde a publi-
cação d'aquelle decreto e por causa d'elle ja' foi
um dos padres de Cantão por duas vezes a'
Europa!

Por duas vezes depois que se resolveu entre
mim e os delegados da Prefeitura, o que acima
disse, mandei missionarios de Macau a Cantão
com destino a Shao-king, para que se cumprisse
ali a clausula do nosso accordo. Da primeira vez
o missionario não passou de Cantão, sendo despedido
a pretexto de que por Hainan e' que devia começar
a visita! Da segunda vez foi o Missionario ate'
Shao-king, e a Yulit do districto, mas retirou-se
immediatamente sem de nada tomar conhecimento,
porque se viu insultado por um bando de mulheres
na presença e junto da casa do missionario do lugar,

page_0008

GOVERNO ECCLESIASTICO

DA

DIOCESE DE MACAU

N.º

sem que este fizesse a menor diligencia para pôr termo a taes insultos!

Protestei energicamente perante o Senr.

Prefeito Apostolico contra este modo de proceder, tanto menos digno quanto Monsenhor me havia promettido fazer acompanhar o missionario portuguez por um padre missionario, seu delegado, que o fizesse respeitar, e não cumprio o que promettera, pois em vez d'um padre auctorisado, mandou um alumno do seu Seminario!

Ultimamente, no dia 28 de janeiro, para ali mandei o Superior da Missão de Hainame, Pe. Manuel José Pitta, que de proposito chamei para o encarregar d'essa missão.

De differentes pontos me tem elle escripto dando-me conhecimento do modo como tem sido recebido, promettendo estar de regresso em Macau no principio de março.

Devo dizer a V. Ex.cia que cada vez mais se evidencia a má' disposição dos missionarios francezes entre nós, e digo francezes, porque da parte do missionario china, unico que ha no districto, missionario muito bom e muito prestante, tem sido o nosso missionario muito bem recebido, e na sua christandade nenhuma afflicção soffreu o nosso.

Para que V. Ex.cia se convença de que não
exagero queixando-me n'estes termos dos missiona-
rios francezes de Cantão, bastará notar os seguin-
tes factos:

page_0009

1º Os dous missionarios europeus que ha no districto para não terem que ajusar o nosso missionario na visita que ia ali fazer, retiraram-se para Shanghai e d'ali para o Japão, deixando abandonadas as christandades, do seu Prelado, em resposta ao meu protesto, em haver assegurado que ao nosso missionario daria todo o apoio para que a nova visita fosse coroada de bom exito.

2º Um d'esses missionarios, aliàs muito bom sacerdote, é pessoalmente interessado em que se não faça a troca, porque ha bastantes annos missiona na capital do districto e ahi tem despendido dinheiro seu na construcção de boas egrejas. Ora eu já sabia ha muito de bôa fonte, que por esta razão, muito custava ao clero de Cantão a cedencia d'aquella parte do districto. Conheci mesmo durante as negociações que celebrámos o maior empenho em que aquella parte do districto não sahisse da jurisdicção do Snr. Prefeito Apostolico de Cantão. Pois foi justamente nas suas christandades sujeitas a esse tal missionario que se manifestou a opposição da parte dos christãos.

3º O Snr. Prefeito Apostolico em lugar de fazer acompanhar d'esta ultima vez o nosso missionario por um padre que cumprisse o que me promettera, mandou com elle o P. Fourquet, isto é, aquelle missionario que desde meado de 1903, já foi por duas vezes á Europa para vêr se conseguia a derogação do Decreto de 3 de

page_0010

fevereiro d'aquelle anno!

V.^a A. bôa vontade d'ajudar o nosso missionario, que já era de presumir, mostrou-a o P.e Fourquet logo em Cantão antes de partir para Sheu-ing, dizendo ao nosso missionario que talvez a pessoa encarregada das chaves da egreja e residencia missionaria se recusasse a apresental-as. Foi o que succedeu, fingindo aquelle sacerdote, representante do Prelado de Cantão n'uma christandade que o seu missionario havia abandonado, ignorar que em taes circumstancias o seu dever era procurar o Mandarim local, para se fazer respeitar e obedecer, e não consentir que mais uma vez fosse ludibriado e insultado o missionario portuguez!

Logo que o P.e Pitta regresse a Macau, deve ter lugar, conforme foi resolvido entre mim e Monsenhor Prefeito Apostolico de Cantão, o acto final da reciproca entrega dos territorios permutados.

E' possivel que esse Prelado venha com novos pretextos para protellar ainda por mais tempo esta malfadada questão.

Não ha porem motivo serio para que seja attendido. O receio da apostacia dos christãos de que pretendem tirar partido, é infundado, como já lhes mostrei, para não dizer fingido.

Porque os christãos que ha em todo o districto são pouco mais de 2:000 e acham-se distribuidos por muitas christandades, em duas das quaes

page_0011

apenas se tem manifestado alguma opposiçaõ,
e essa pelo modo que eu já disse.

Espero que o Governo do Real Padroeiro
pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros,
dê as necessarias providencias para que tanto
junto do Governo de Paris como junto da Santa Sé,
naõ se levantem duvidas que possam causar
embaraços á prompta execuçaõ dos Decretos.
Oportunamente informarei o Governo
de Sua Magestade de quaesquer occurrencias que
mereçam ser tomadas em consideraçaõ.

Deus Guarde a V. Exc.^a

Paço Episcopal em Macau, 8 de Janeiro de 1907

Ill.mº e Ex.mº Senhor
Conselheiro Director Geral
do Ministerio do Ultramar.

+ João Paulino d'Azevedo e Castro
Bispo de Macau.

page_0012

GOVERNO ECCLESIASTICO

DA

DIOCESE DE MACAU

N.º 70

[Stamped text in a box]

ULTRAMAR

[Doodle] -6 MAIO 1907 [Doodle]

Rep. N.º 291

[Handwritten text in red ink, crossed out]

A copia não

veio á entrada

[Illegible word]

[Handwritten text in red ink in the left margin]

Não veio á entrada

para a 1ª repartição

a copia a que se

refere n'este officio

17-5-907.

[Handwritten text in black ink]

Illmo e Ex.mo Senhor

Em meu officio de 8 de fevereiro

ultimo para a Ex.a Direcção Geral do Ultramar
prometti informar o Governo de qualquer occur-
rencia digna de menção relativamente á questão
de Hainan e Shao-king.

E' o que venho fazer, bastante mal

impressionado pelo procedimento inesperado

de quem fôra provisto do Prelado de Cantão.
O P.e Pitta deu finalmente por
terminada a sua visita ao districto de Shao-king
onde se demorou um mez, visitando quasi todas
as christandades d'alguma importancia. Tudo
lhe correu bem, sendo bem recebido em toda
a parte, a não ser em duas christandades,
onde, como já referi no dito meu officio, soffreu
alguma opposição em que só figuravam al-
gumas mulheres. Para se avaliar o que vale
certa opposição bastará dizer que as duas chris-
tandades apenas contam, segundo documentos
authenticos fornecidos pela Prefeitura Apostolica,
uma 148 christãos, e outra 185, homens, mu-
lheres, velhos, crianças, novos e nechos chris-
tãos (estes ultimos são affeioados á Missão
portuguesa)!
E o P.e Pitta regressou a Macau sem

[Printed text in the bottom left corner]

1.^a REPARTIÇÃO

DA

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.^a Secção

N.º 60

H. de Maio de 1907

page_0013

que o Prelado de Cantão me dissesse, como se lhe tinha pedido, onde e quando convinha nos reunissemos para a decisão final.

Instado por mim em meu officio de 8 do corrente no qual eu o convidava a reunir-se comigo em Hongkong em um dos dias proximos antes da Semana Santa, respondeu-me 15 dias depois, em officio que junto por copia, declarando-me contrariamente ao compromisso comigo tomado, que não procedia á excusad dos decretos pontificios pelas razões que alleja, (que não passam de vãos pretextos já por mim d'ante-mão refutados todos) sem consultar de novo a Santa Sé!!!

No dia immediato áquelle em que recebi este officio, telegraphiei para o Ministerio do Ultramar, dando-lhe parte d'esta occurrencia e pedindo licença para ir ao reino passando pela cidade de Roma e levar comigo o meu secretario.

Felizmente no dia 28 recebi a desejada resposta ao meu telegramma com a licença pedida. Muito agradeço a V. Ex.cia ter-se dignado deferir ao meu pedido, pois acho que em quanto eu não fôr pessoalmente tratar esta questão

page_0014

que tanto me tem dado que fazer, ella será sempre protellada, com grave prejuizo nosso e das nossas missões.

Opportunamente em relatorio que pretendo fazer, exporei todos os seus pormenores. Entretanto, renovo o que em o meu supracitado officio pedi, a saber: que se previnam a tempo os representantes de Portugal em Paris e junto da Santa Sé para que procurem evitar novas complicações e embaraços que porventura se pretendam levantar á execução dos Decretos Pontificios. Eu devo partir em breve para a Europa; toda a demora é devida a não haver lugar nas primeiras malas que teem de largar de Hong-Kong com aquelle destino.

Deus Guarde a V. Ex.cia

Paço Episcopal em Macau 2 d'abril de 1907.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

+ João Paulino d'Azevedo e Castro
Bispo de Macau.

page_0015

Lisboa 2 de Outubro de 1906

Ministerio
dos
Negocios Estrangeiros

Direcção Geral
dos Negocios Politicos
e Diplomaticos

1ª Repartição

[STAMP: ULTRAMAR
8 OUTU 1906
Rep. N° 5261]

[STAMP: MINISTERIO DO ULTRAMAR]

[SIGNATURES]

Para relação ao officio de V. Ex^a de 12 de
Julho ultimo, em virtude do qual dei ins-
trucções ao nosso representante em Paris
para insistir pela resolução da questão re-
lativa á troca de jurisdições entre os bispos
de Cantão e Macaú, cabe-me a honra
de informar a V. Ex^a que o Governo francez
acaba de dar noticia ao Snr Conde de Langa-
Rasa, de terem aquelles prelados chegado a
accordo sobre o assumpto. Á data da expe-
dição da nota, esperava o Governo da
Republica o relatorio do bispo de Cantão,

considerando todavia como definitiva-
mente regulada a troca das jurisdições,
e em via de execução os respectivos actos
de posse.

Deus

[Marginalia, left side, rotated 90 degrees counter-clockwise:]

Off^o ao Bispo
de Macaú em
11-10-1906

[Marginalia, left side, under the previous note:]

Processo 72
1^a Rep^a 2^a Secção
Convem enviar
a n/ma copia
d'este off^o ao
Bispo de Macaú
para seu conhe-
cimento.
9-10-906
MHenriques

[Footer, bottom left:]

1.^a REPARTIÇÃO
-> DA <-
DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR
2 Secção [Signature: Nery]
N.º 10
J de 10 de 1906

page_0016

Deus guarde a V. Ex.cia

Aff.mo Am.o Cr.do Ministro e Secretario

d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Luiz de Carvalho

page_0017

[Marginalia, left, vertical, handwritten in red ink:] Cópia ao Bispo de Macao em 12-12-1906

Ministerio
dos
Negocios Estrangeiros

Direcção Geral
dos Negocios Politicos
e Diplomaticos
1ª Repartição

[Stamped in green ink:]

ULTRAMAR

[Handwritten within the stamp:]

L. 1 DEZ 1906

[Handwritten in red ink:]

J. Dep. N.º 6218

[Handwritten in black ink:]

Lisboa 29 de Novembro de 1906

[Handwritten in red ink:]

Visto

[Handwritten in black ink:]

Nº3

[Handwritten in black ink, partially illegible signature and text:]

Exmo Snr

M. de o Ministro concordar

H de XII do 19.0[illegible]

[Signature:] Monty

Com referencia ao officio de V.Ex^a de 12 de Julho e em additamento ao meu
Processo 72. officio de 2 d'Outubro ultimo, tenho a
1^a Repas 2^a secção honra de communicar a V.Ex^a, segundo
et esta Repas
parece que deve informar o nosso representante em Paris,
ser communicado ao
Bispo de Macao que a questão da troca da jurisdição
o facto constante
do presente officio, de Hainam pela do districto de Shao-
e dizer-se-lhe que,
no caso de entender
conveniente se dirija King acaba de ser resolvida nos termos
citarem-se do Gov.
mesmo francez mais do decreto da propaganda de 3 de fevereiro
algumas providencias
das a bem dos de 1903 e do decreto pontifical de 16
interesses do Real
Padroado as in- de Março de 1904, em resultado das ne-
dique para serem dadas, as cor-
respondentes in- gociações entaboladas entre o bispado de
strucções comple-
mentares ao nos- Macau e a Prefeitura Apostolica de Cantão.
so representante
em Paris.

Em 6-12-906

Mousigne

V.Ex^a se sirvará transmittir-me, se
assim o julgar necessario, quaesquer
instrucções complementares que sobre

este assumpto devam ser enviadas ao
Snr. Conde de Souza Roza.

Deus

[Footer, left:]

1.^a REPARTIÇÃO

[Arrow pointing right] DA [Arrow pointing left]

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2a Secção

Remo N.º 378

3 de Dezembro de 1906.

page_0018

Deus Guarde a V.E.^a

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro e Secretario d'Estado
dos Negocios da Marinha e Ultramar

Luiz da cunha e azevedo

page_0019

[Handwritten annotation at the top right]

D. Urb.º o Bispo foi auct.º vide

despº de 27/7/907

Foi auctorizado a vir a Lisboa,

via Roma, por ter de ahi

procurar tratar dos negocios, mas

não lhe foi dada commissão

para isso, como se diz n'este parecer.

[Printed header]

MINISTERIO

DOS

Negocios da Marinha e Ultramar

INSPECÇÃO GERAL

DE

Fazenda do Ultramar

2.ª Secção

Nº 152

[Handwritten annotation in the left margin]

Direcção geral

do Ultramar.

1ª Rep.ad 2ª secção

Chamo Nepas offº

rece-se ponderar

que o bispo de

Macau não foi

incumbido de ir

a Roma tratar

da questão da troca

de jurisdição, mas
resolveu elle pro-
prio ir alli, e
apenas pediu li-
cença ao governo.

Em 23-5-907

Z. Antº

[Main text]

Informação

Acerca do incluso telegramma do Governador de Macau, de 1 do corrente que veio com a informação da 1ª Repartição da Direcção Geral do Ultramar, e versa sobre o subsidio da despesa de viagem para Roma sollicitado pelo Bispo d'aquella diocese; tem esta Inspeção Geral de Fazenda a honra de dizer, que desde que o mesmo Prelado vae a Roma com o seu secretario em commissão de serviço, e por este motivo lhes foi mandada abonar passagem por conta do Estado, acha esta Inspeção que tem direito ao abono do competente subsidio de viagem que se abona por lei em semelhantes occasiões entre os adeantamentos que se fazem aos funcionarios publicos.

O Governador de Macau, em telegramma de 4 do corrente perguntára se podia abonar ao Prelado despesas para essa viagem, e Sua Exª o Ministro, em resposta telegraphica da mesma data, auctorizou o subsidio de sua viagem a Roma.

Inspeção Geral de Fazenda do Ultramar em 21 de Maio de 1907.

O Inspector Geral,

[Signature]

University of Saint Joseph

Bibliotheca Diocesis Macaonensis

José Norasso de Abreu

page_0020

[Coat of Arms]

GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU

EXPEDIENTE GERAL

No. 18

Palacio do Governo de Macau,

3 de Maio de 1907.

Objecto

Confidencial

[Stamp: MINISTERIO DO ULTRAMAR ARQUIVO]

[Stamp: ULTRAMAR

E. 4 JUN 1907

1ª Rep. No. 151]

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tenho a honra de confirmar
o meu telegramma de 1 do corren-
te concebido nos seguintes ter-
mos: — "Ultramar-Lisboa = Bis-
"po-pede-abono-subsidio-despeza-
"viagem-Roma-allegando-esta-
"do-inbieri-Estado-Peço-res-
"posta-maxima-urgencia-(a) Go-
"vernador." — e de dizer a V.Exª que
o mesmo telegramma foi mo-
tivado pelo officio de Sua Exª
Rev.ma o Bispo de Macau, que
remetto por copia a V.Exª.

Deus Guarde a V.Ex^a.

Palacio do Governo em Macau, 3

de Maio de 1907.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro e Secretario de Estado

dos Negocios da Marinha e Ultramar.

O Governador da Provincia,

Pedro de Azevedo Coutinho

[Stamp:

1.^a REPARTIÇÃO

DA

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2 Secção

N.º 16

3 de Maio de 1907]

page_0021

SECRETARIA GERAL DO GOVERNO
DA
PROVINCIA
DE
MACAU
---oOo---

Copia.

Governo Ecclesiastico da Diocese
de Macau. - N.º 112. - Ill.mo Ex.mo Snr.
Estando eu auctorisado por Sua
Exa. o Ministro do Ultramar, a ir
ao Reino, via Roma, onde terei
que me demorar algum tempo
em serviço d'interesse para o
Real Padroado da Corôa, rogo a
V. Exa. se digne providenciar para
que pelo cofre da Provincia, alem
das passagens já auctorisadas
por S. Exa. o Ministro para mim
e meu Secretario, me seja dado
algum subsidio d'ajuda de cus-
to para occorrer ás despesas ex-
traordinarias que necessaria-
mente serei obrigado a fazer
nesta viagem e na prosecu-
ção do fim a que ella mira. -
Deus Guarde a V. Exa. - Paço Epis-
copal em Macau, 1 de Maio de
1907. - Ill.mo Ex.mo Snr. Governador
da Provincia de Macau. - (a) +

University of Saint Joseph

Bibliotheca Diocesis Macaonensis

João Paulino d'Azevedo e Castro,

Bispo de Macau. -

Está conforme.

Secretaria Geral do Governo em

Macau, 2 de Maio de 1907.

O Secretario Geral,

ayrhes

[Seal: GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU - SECRETARIA GERAL]

page_0022

MINISTERIO

DOS

Negocios da Marinha e Ultramar

INSPECÇÃO GERAL

DE

Fazenda do Ultramar

2ª Secção

[STAMP]

ULTRAMAR

[Handwritten] 22 MAIO 1907

Rep. N.º [Handwritten] 2512

[/STAMP]

[STAMP]

ULTRAMAR

[Handwritten] 22 MAIO 1907

Rep. N.º

[/STAMP]

Á Direcção Geral do Ultramar tem esta Inspecção Geral a honre de devolver com a sua informação, N.º 152 de hoje, o incluso telegramma do Governador da Provincia de Macau, de 1 do corrente que veiu com informação da 1ª Repartição d'essa Direcção Geral e que versa sobre o subsidio da despeza de viagem para Roma sollicitado pelo Bispo d'aquella diocese.

Inspecção Geral de Fazenda do Ultramar em 21 de Maio de 1907.

[STAMP]

INSPECTORIA GERAL

DA FAZENDA DO ULTRAMAR

[/STAMP]

O Inspector Geral,

[Signature]

José' Navarro de Andrade

page_0023

[Top left corner, printed]

DIRECÇÃO GERAL

DO

ULTRAMAR

—

6.^a Repartição

—

[Top left corner, handwritten]

Copia conforme

em

1-5-907

Scolio

[Top center, handwritten]

2.^a Secção

16-5-907

[Signature]

à 1.^a Repartição

[Top right corner, stamped]

INSPECÇÃO GERAL FAZENDA

ULTRAMAR

[handwritten] 20 MAIO 1907

[stamped] Fazenda

Nº 2293

[Top right corner, handwritten]

à Inspeção

do Ministerio

7-V-907

[Signature]

[Center, handwritten]

Telegramma vindo de Macau
em 1 de Maio de 1907

Bispo pede abono subsidio despesas
viagem Roma allega ser esta in-
teresse Estado; pedir resposta com
maxima urgencia.
(a) Governador

[Stamped seal in the center]

ARQUIVO
DIRECÇÃO GERAL
DO
ULTRAMAR

[Handwritten text below the seal]

1ª Rep. 2ª secção

Nos termos do despacho de 27 de março
ultimo exarado no adjunto telegramma
do bispo, foi a este concedida licença para
vir ao reino, via Roma, com o fim princi-
pal de tratar junto da Santa Sé, da ques-
tão da troca de jurisdição na ilha de Tai-
van, á qual o Prefeito Apostolico de Cantão
oppor difficuldades.

Mandou-se em telegramma da referida data
ao gov.or de Macau abonar passagem ao pre-
lado e a um seu secretario.

Como se vê do presente telegramma o bispo
pretende que se lhe abone tambem subsidio
para despesas viagem.

Esta Rep. não conhece disposição de
lei que permitta o abono de tal subsidio.

Deve ser ouvida a Inspeção geral
de fazenda do ultramar.

Em 1-5-907.

[Signature]

[Bottom left corner, printed and handwritten]

E n.º 172—Outubro de 1906—3:000 ex.

1.^a REPARTIÇÃO DA FAZENDA DO ULTRAMAR

[Red line]

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2 Secção

[Red line]

1917—IMPrensa NACIONAL—1906-1907

de [handwritten] Maio de 190[handwritten] 7

page_0024

DIRECÇÃO GERAL

DO

ULTRAMAR

-

6.^a Repartição

Copia conforme

em

23-3-907

Motta

[Marginalia, left side, rotated 90 degrees counter-clockwise]

E n.º 172 — Outubro de 1906 — 35:000 — e foi em 27-3-907-

A' 1.^a Repartição

Concordo

P. 27.3.07

M de Ornellas.

[Stamp]

INSPECÇÃO GERAL FAZENDA

ULTRAMAR

[Handwritten] O-LO MAIO 1307

Sec. N.º 2203

Telegramma vindo de Macau

em 23 de Março de 1907

Prelado Cantão recusa execução de-
creto pontificio troca jurisdição, peço
licença ir Roma, via Numa, levar
do secretario, tratar dos negocios. (As.)

Bispo Macau.

[Stamp]

MINISTERIO

DOS

NEGOCIOS

DA

MARINHA

E

ULTRAMAR

DIRECÇÃO GERAL

A' Rep.^a da 2^a secção

No adjunto officio de 8 de fevereiro recebido n'esta Rep.am em 18 do corrente mez, o bispo de Macau expoz os termos em que com o prefeito apostolico de Cantão celebrou o accordo para a troca da jurisdição da ilha de Hainam pela do districto de Shan-king, de que S. Ex.^a o Ministro dos negocios estrangeiros deu conhecimento em officio de 29 de novembro de 1906. Demorando-se, porem, a realisação do accordo por motivo de difficuldades levantadas pelos padres francezes de Shan-king, o bispo pediu providencias do Governo, pelo Ministerio dos negocios estrangeiros, para se não levantarem duvidas, tanto junto do Governo de Paris, como junto da Santa Sé, sobre a execução do decreto pontificio de 1904, relativo á mencionada troca de jurisdições.

1.^a REPARTIÇÃO

DA

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.^a Secção

N.º 3

26 de Março de 1907

Em vista do presente telegramma
parece a' Rep.am que convem ser o bispo
autorizado, como pede, a ir tratar

[Printed text at bottom left]

1317—IMPrensa NACIONAL—LISBOA—1907

page_0025

do assumpto em Roma, aguardando-se as suas, ultteriores communições para se solicitar então do Ministerio dos negocios estrangeiros o que elle, porventura, entenda ainda ser necessario.

Se V. Ex.^a assim o entender deve telegraphar-se ao prelado, concedendo-lhe a licença, e ao gov.or de Macau ordenando o abono de passagens ao mesmo prelado e ao seu secretario para virem ao reino via Roma.

Em 23-3-902.

MHenriques

page_0026

1^a

Ill.mo Ex.mo Snr.

p 25-7-07

ms

[Stamp: ULTRAMAR | 25 JUL 1907 | 1 Rep. N.o 449]

[Circular stamp: MINISTERIO DO ULTRAMAR | ARQUIVO]

Tenho a honra de fazer chegar
às mãos de V. Ex. uma copia da Communi-
cação que me fez em 19 do corrente Sua Emi-
nencia o Cardeal Secretario d'Estado de Sua
Santidade, de ter sido definitivamente resol-
vida, como era de justiça, a questão da permu-
ta da ilha de Hainan e o Districto de Sheun-
ing entre a Prefeitura Apostolica de Cantão
e o Bispado de Macau, de modo a não poder
ser impugnada nem retardada a execução
do decreto que a ordenara.

Felizmente encontrei quer
da parte de Sua Eminencia o Cardeal Secreta-
rio d'Estado quer da parte de Sua Eminen-
cia o Cardeal Prefeito da Propaganda as me-
lhores disposições para que nos fosse feita
justiça!

Junto tenho a honra de
remetter a V. Ex. um exemplar da memo-
ria com que instrui a minha reclama-
ção perante a Santa Sé.

Tendo atingido o fim da

minha vinda a Roma devo em breve partir
para Portugal, onde conto chegar em principios

[Stamp: REPARTIÇÃO DA 3ª | DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR | 2ª Secção | N.º
106]

[Handwritten in red ink:] 26 de Julho de 1907

page_0027

d'agosta

Deus Guarde a V. Ex.a

Roma, Collegio Portugues, Via Banco Santo
Spirito, 30 de Julho de 1797.

Ill.mo Ex.mo Snr. Conselheiro d'Estado

Ministro da Marinha e

Ultramar, Lisboa.

João Paulino de Azevedo e Basto

Bispo de Macan

page_0029

M E M O R I A

relativa alla questione dello scambio di giurisdizioni in Hainan e nel Distretto di Shao-Hing (o Shiw-ing), fra il Prefetto Apostolico di Canton ed il Vescovo di Macao

[STAMP: ARQUIVO HISTORICO ULTRA MARINO]

Questa questione ha tre fasi:

- 1° - Preparazione del Decreto della S. Congregazione di Propaganda che ordinò lo scambio di giurisdizione. Principiò nel 1898 e proseguì fino al 1903, anno della pubblicazione del Decreto.
- 2° - Decreto della S.C. del 3 febbrajo 1903: sua notificazione; controversia relativa all'articolo secondo; interpretazione di questo. Da quella data fino al 15 Dicembre 1905.
- 3° - Negoziati fra il Prefetto Apostolico di Canton ed il Vescovo di Macao per l'esecuzione del Decreto. Dal 9 Aprile 1906 fino al 20 Marzo 1907.

I.

Per il Concordato del 21 febbrajo 1857 stipulato fra il Romano Pontefice ed il Re di Portogallo, il Patronato della Corona Portoghese nell'Estremo Oriente, in altro tempo estesissimo, rimase ridotto nella China, alla Provincia di Kouang-tom, eccettuata l'isola di Hong-Kong(1); e il Concordato del 23 Giugno

(1) - Vedi Carta Top. della Provincia di Kouang-
tom. Doc. I.

-1-

page_0030

1886 confermò questa disposizione del Concordato precedente relativamente al Patronato nella China e alla Diocesi di Macao (Art. XI). Pertanto, secondo il Diritto Concordatario, ancora non abrogato, tutta la Provincia di Kouang-tom, ad eccezione dell'isola di Hong-Kong, appartiene alla giurisdizione del Vescovo di Macao. Non ostante ciò la giurisdizione "effettiva" del Vescovo di Macao nella Cina, che per molto tempo fu circoscritta al piccolo territorio del dominio Portoghese, solamente abbraccia, oltre a questo territorio, il Distretto di Heung-Shan e le isole adiacenti, compresa quella di Hainan, che in forza delle lettere apostoliche "Universis Orbis Ecclesiis" del 15 Giugno 1874, passarono alla giurisdizione di Macao, continuando anche oggidì la maggior parte di quella estesissima provincia, eretta in Prefettura Apostolica dal 1850, sotto la giurisdizione della S.C. di Propaganda, che la affidò ai Padri delle Missioni Estere di Parigi.

Ultimamente questa Società, non soddisfatta dei vastissimi territorî affidati allo zelo dei suoi 70 Missionarii, ed in cui vi sono più di trentasei milioni di anime da evangelizzare, cominciò di nuovo ad agognare all'isola di Hainan per esercitarvi la propria influenza spirituale, ed in questo senso indiriz-

(1) - Vedi i "Trattati stipulati fra S.M. Fedelissima e la S. Sede", Pag. 3 e seg., specialmente lo articolo 6° e allegato A e pag. 20 e seg. e spec. art. II. Doc. 2.

page_0031

zava tutte le sue pratiche, sia procurando introdurre i proprii missionarii sotto pretesto di venire in aiuto ai Missionarii Portoghesi e con promessa di servire sotto la giurisdizione del Vescovo di Macao, cosa questa che non venne loro accordata(1), sia facendo in modo che il Governo Francese istituisse negoziati con il Governo Portoghese per conchiudere un accordo che avesse per iscopo di ottenere dalla S.Sede il passaggio di quell'isola nuovamente alla giurisdizione del Prefetto Apostolico di Canton(2).

Si concluse effettivamente questo accordo ed il S. Padre accogliendo favorevolmente la domanda dei due Governi interessati, emise un Decreto che soddisfaceva l'ardente desiderio della Congregazione delle Missioni Estere, ordinando nel medesimo tempo una compensazione per la Diocesi di Macao.

II.

Il giorno 3 febbrajo 1903 fu pubblicato dalla S.C. di Propaganda il Decreto Pontificio che contiene i seguenti tre Articoli:

"Decretum.

.....

1° - Ut in posterum insula Hainan Praefecti Apostolici Kuam-Tom jurisdictioni subjiatur;

(1) - Documenti 4, 5, 6, 7.

(2) - Pro-Memoria della Legazione Francese al Ministro degli Affari Esteri in Lisbona.

Doc. N° 8.

page_0032

2° - Ut Episcopi Macaonen. jurisdictio extendatur ad Districtum Ciao-King, qui Hean-Scian districtui adjacet.

3° - Ut hujusmodi confinimum mutationes provisoria dumtaxat ratione perfici debeant, ad instar scilicet mutationis quae peracta fuit anno 1874, in quo per Bullam diei 15 Junii supradicta insula Heinan Macaonensi Diocesi adnexa fuit.

Sanctitas Sua rationibus hinc inde allatis mature perpensis, supraenunciatam confinimum mutationem ratam habere et confirmare dignata est et praesens Decretum confici jussit".

Il testo di questo Decreto fu comunicato da S.E. il Sig. Card. Segretario di Stato all'attuale Vescovo di Macao il 17 febbrajo dello stesso anno e fu da questo ricevuto in Lisbona quando si trovava colà di passaggio per andare alla sua Diocesi, dopo la sua consacrazione episcopale in Angra.

Soltanto dopo il suo arrivo a Macao nel Giugno di quell'anno e dopo le prime occupazioni che naturalmente gli imponeva l'amministrazione della Diocesi in cui entrava, potè il Vescovo conoscer bene l'oggetto del citato Decreto, ed appena conosciuto, si adoperò subito per intavolare negoziati con l'altro interessato, il Prefetto Apostolico di Canton per procedere ambedue d'accordo all'esecuzione di esso.

Da parte di questo Prelato però sorsero fin

page_0033

d'allora difficoltà attinenti all'interpretazione dell'articolo secondo del Decreto, ritenendo che, a tenore di questo, il Vescovo di Macao dovesse ricevere in compenso dell'isola di Hainan, soltanto il Distretto di Shao-King, visto che soltanto questo è ivi designato.

Da parte sua il Vescovo di Macao pretendeva che dovessero passare sotto la sua giurisdizione il Distretto di Shao-King e le tre Sotto-Prefetture di San-ing, San-ui e Shuntac, situate fra i due Distretti, 1° perchè l'articolo secondo dice: "Districtum Shao-King qui Heang-Scian Districtui adjacet", e la perfetta e completa contiguità dei due Distretti non esiste, se non mediante quelle tre Sotto-Prefetture. 2° perchè era appunto questo ciò che chiedeva il suo predecessore, il Vescovo di Macao, D. Giuseppe Emmanuele de Carvalho, in cambio di Hainan, e cioè "alcuni Distretti e particolarmente quello di Shao-King, limitrofi del West River, prossimi e contigui al Distretto di Heung-Shan".

La controversia giunse a conoscenza della S. Sede, che nel suo alto ed illuminato criterio, dopo attento e serio esame di tutti gli elementi che formarono a suo tempo la base per la compilazione del citato Decreto, credè bene di dichiarare: "Che la giurisdizione del Vescovo di Macao, in compenso della cessione dell'isola di Heinan alla Prefettura Apostolica di Kuam-tom, debba estendersi al Distretto di Chao-King,

page_0034

ma non alle tre Sotto-Prefetture di San-Ning, San-Oui e Shien-Tak".

Dichiarò inoltre la S. Sede "che laddove il Governo Portoghese e quello Francese convenissero sopra una delimitazione di confini diversa da quella stabilita, essa non mancherà nel caso di esaminare le relative conclusioni dei Governi, riservandosi, ben inteso, di prendere quelle decisioni che giudicherà più opportune per il bene e la salute delle anime".

Questa dichiarazione che porta la data del 16 di Marzo 1904 fu comunicata ai due Prelati di Canton e di Macao.

Quest'ultimo, considerando che la seconda parte della dichiarazione gli permetteva di nutrire la speranza di ottenere per la sua diocesi in cambio dell'isola di Heinan, oltre il distretto di Shao-King le tre già menzionate Sotto-Prefetture, fece ancora nuovi tentativi insieme alle stazioni competenti, ma senza il risultato desiderato, per quanto nel principio del 1906, in risposta ad un reclamo documentato, accompagnato da una estesa esposizione di fatti, che ultimamente dirigeva alla Nunziatura Apostolica per far portare a conoscenza della S. Sede tali fatti(1), ricevesse il seguente dispaccio: "Che avendo l'Emin. Card. Segretario di Stato preso conoscenza di tutto quanto era esposto, la S. Sede non ravvisava motivo

(1) - Deve esistere nella Segreteria di Stato

dove la fece venire Mgr. Nunzio Apostolico in Lisboa.
na.

-6-

page_0035

sufficiente per tornar sopra all'argomento, e modificare quanto già erasi deliberato".

Roma locuta est, causa finita est.

III.

Era necessario ed urgente dare esecuzione ai Decreti, perchè l'opera dell'Evangelizzazione veniva ad essere gravemente pregiudicata da tali indugi.

I negoziati per l'esecuzione del Decreto del 3 febbrajo 1903, interpretata da quello del 16 Marzo 1904, fu Mgr. Prefetto Apostolico di Canton quegli che si fece innanzi a proporli, scrivendo a questo scopo al Vescovo di Macao il 9 Aprile 1906. Da questa data in poi, allo scopo di trattare di questo affare, delegò Sacerdoti della sua giurisdizione, i quali furono sei volte a Macao, muniti di poteri bastanti, e scrisse una lunga serie di comunicazioni e lettere, nelle quali suggerì e propose le sue idee, precisò, approvò e confermò le deliberazioni prese di comune accordo, le quali pertanto possono con ragione considerarsi quali atti autentici delle sessioni tenutesi fra i delegati di Canton ed il Vescovo di Macao, in quanto ha tratto a ciò che fu ivi trattato.

Fin da principio Mgr. Prefetto Apostolico è d'opinione che si proceda all'esecuzione del Decreto 3 febbrajo 1903, salvo che si convenisse in un'altra delimitazione di giurisdizioni da sottomettersi

all'approvazione della S. Sede(1).

(1) - Vedi Doc. N° 9, del 3 Maggio 1906.

-7-

page_0036

Si tennero varie sedute, nelle quali si fecero varie proposte da una parte e dall'altra. Da principio i Delegati mostravansi disposti a cedere al Vescovo di Macao ciò che egli loro richiedesse a Sud e ad Ovest del Distretto, in cambio di una parte al Nord. Chiedeva quegli le tre Sotto-Prefetture di San-Nig, San-ui e Shun-Tac, e cedeva due Sotto-Distretti al Nord del Tropico del Cancro. In seguito rinunziava già alla Sotto-Prefettura di Shun-Tac perchè i Delegati tenacemente sostenevano non esser loro conveniente di cederla, e chiedeva piuttosto quella di Yeung-Kong, ed a Nord cedeva, oltre ai due già riferiti, un Sotto-Distretto in più ed una striscia di terra che collegasse i tre a Nord del Tropico. I Delegati da parte loro cedevano tutto ciò, ma pretendevano tutto quanto resta a nord del fiume Si-Kiang, o per lo meno ciò che si estende da quella parte fino ad un po' ad Ovest della capitale del Distretto, rimanendo questa con tutto il territorio da quel lato del fiume e ad Est incorporato nella Prefettura Apostolica. Il punto da essi maggiormente caldeggiato era la capitale del Distretto, che era l'antica capitale dei due Kouangs, prima del suo cambiamento con Canton.

Nella seduta del 10 Agosto mantenevasi il Vescovo di Macao fermo nella sua proposta e nell'alternativa che questa non fosse accettata, chiedeva l'esecuzione del Decreto Pontificio, e cioè: la Prefettura Apostolica riceverebbe l'isola di Hainan, e la Diocesi di Macao il Distretto di Shau-King.

page_0037

Il sedici Agosto Mgr. Prefetto Apostolico, scrivendo al Vescovo di Macao, dichiara che rigetta la prima delle due proposte ed opta per l'unica che è conforme ai Decreti di Roma, e che pertanto esso Prefetto Apostolico riceverebbe l'isola di Hainam, ed il Vescovo di Macao il Distretto di Shew-ing solamente, senza le Sotto-Prefetture di Shun-Tac, San-ui e San-ing(1).

Era così stipulato l'accordo per l'esecuzione dei Decreti Pontifici. Solo rimaneva a fissare il giorno in cui dovrebbe effettuarsi lo scambio e la consegna delle Christianità e delle Cappelle, come diceva il Prefetto Apostolico di Canton, il quale fin d'allora promise d'inviare nuovamente i suoi Delegati, ciò che effettivamente fece giorni appresso. Infatti il 17 Agosto si riunirono i Delegati col Vescovo di Macao ed in questa seduta restò convenuto che la consegna delle giurisdizioni avesse luogo il giorno 15 Ottobre, e si stabilì che, prima di questo giorno, l'isola di Hainan ed il Distretto di Shew-ing fossero visitati rispettivamente da un missionario della propria giurisdizione e da uno dell'altra allo scopo di prender conoscenza oculare con gli inventari dei beni mobili ed immobili delle differenti missioni; decisioni queste che Mgr. Merel pienamente approvò, designando anche le persone che avrebbero da figurare come suoi Delegati in tutti questi

(1) - Lettera di Mgr. Merel in data 16 Agosto 1906. L'essenziale sta nel testo innanzi.

page_0038

atti, indicando l'ordine in cui questi si succederebbero, fino al momento di ritirare delle missioni il personale missionario ivi attualmente impiegato(1).

Ecco qui le parole di Monsignore nella sua Nota del 16 Agosto:

"Pour faire suite aux conversations que Votre Grandeur a bien voulu avoir, avec les PP. Fleureau et Gauthier relativement à l'échange de la juridiction ecclésiastique de Hainan, j'ai l'honneur d'annoncer à Votre Excellence que des deux solutions proposées j'accepte celle qui est la plus conforme aux vues du Souverain Pontife.

Votre Grandeur cédera à la mission de Kouang-tong l'Île de Hainan et en compensation prendra la seule Préfecture de Ciau-King sans les Sous-Préfectures de Shun-tac, San-woui e San-ing, conformément au Décret (N° 4345) daté du 16 Mars 1904, qui établit le sens de celui de la S.C. de la Propagande daté du 3 Février 1903.

"Reste à fixer le jour" où se feront cet échange et la remise des chrétientés et des chapelles.

Je me permettrai d'envoyer les PP. Fleureau et Gauthier s'entendre avec Votre Excellence à ce sujet et régler définitivement cette question".

Nella sua lettera dell'otto Settembre diceva il Sig. Prefetto Apostolico al Vescovo di Macao:

(1) - Lettere dell'otto Settembre e undici Ottobre 1906. (L'essenziale è più innanzi nel testo).

page_0039

"Je souscris volontiers" à la décision de
Votre Grandeur qui fixe au 15 Octobre prochain le
jour où nous échangerons les juridictions de Hainan
et Shiu-ing pour nous conformer au Décret du Saint
Siège en date du 16 Mars 1904.

Selon votre avis un Père de Votre Diocèse
visitera les diverses Chrétientés à échanger de con-
cert avec un Père de notre Mission afin de dresser
un état de ces diverses Chrétientés.....

..... Dans ce but je me permets d'envoyer près
de Votre Grandeur le P. Gauthier en vous priant de
l'acréditeur près des missionnaires de Hainan pour fai-
re avec eux cette visite".

L'undici Ottobre scrivo ancora Monsignore
al medesimo:

"Après avoir réglé (le P. Gauthier) selon
vos instructions les inventaires avec le R. Père Pit-
ta (missionario di Macao in Hainan) il se rendra dans
les districts de Shao-king pour continuer ves inven-
taires de concert avec le Rév. Père Gomes (missiona-
rio di Macao destinato per la visita a Shew-ing) ces
inventaires terminés le P. Gauthier se présentera de-
vant Votre Grandeur qui voudra bien régler avec lui
les derniers arrangements relatifs à l'échange des
juridictions ecclésiastiques.

Nos missionnaires quitteront les Districtes
de Sau-kin lorsqu'ils connaîtront ces arrangements

et pourront se rendre à Hainan remplacer le R.P. Pit-
ta qui aura toute faculté de rentrer à Macau et d'y
ramener les Soeurs (le Religiose Canossiane di Macao

-11-

page_0040

che stanno servendo in Hainan)".

Deliberatamente trascrivemmo qui il proprio testo delle lettere di Mgr. Prefetto Apostolico per dimostrare l'esattezza di tutte le nostre affermazioni, e che diciamo soltanto la verità, niente di più, niente di meno.

Appena stipulato fra i due Vescovi l'accordo di cui si è ora parlato, Mgr. Prefetto Apostolico di Canton si affrettò a dar conoscenza di questo fatto al Governo di Parigi, da principio con telegramma, ciò che lascia ben vedere quanta urgenza egli aveva di veder terminata questa questione, poi con relazione circostanziata.

Da parte sua il Governo della Repubblica lo comunicava immediatamente al Ministro di Portogallo a Parigi, e questi a sua volta lo portò a conoscenza del governo del proprio paese, dandosi i due Governi per intesi e soddisfatti della soluzione di questo affare, e come definitivamente risolta la questione di Hainan Shao-king in conformità dei Decreti della S. Sede(1).

Ecco ciò che il 2 Ottobre il Ministro degli Affari Esteri comunicava al Ministro delle Colonie relativamente a questo affare:

(1) - Note del Ministero degli AA. EE. al Ministro delle Colonie e della Direz. Gen. di questo al Vescovo di Macao, la prima in data 2 Ottobre 1906, e

la seconda in data 12 Dic. 1906. (La parte essenziale è nel testo sopra).

-12-

page_0041

"In relazione alla nota di V.E. in data 12

Luglio u.s., in forza della quale diedi istruzioni al nostro rappresentante in Parigi di insistere per la soluzione della questione relativa allo scambio di giurisdizioni fra i Vescovi di Canton e Macao, mi onoro informare V.E. che il Governo Francese ha data ora notizia al Sig. Conte De Souza Rosa di aver quai Vescovi concluso un accordo sull'argomento. Alla data della spedizione della nota il Governo Francese aspettava la relazione del Vescovo di Canton, "considerando come definitivamente regolato lo scambio delle giurisdizioni", ed in via di esecuzione le relative prese di possesso."

Nella nota del 12 Dicembre la Direzione Generale delle Colonie comunicava al Vescovo di Macao quanto appresso:

"Per mezzo di nota del Ministero degli Affari Esteri in data 29 Novembre ultimo, S.E. il Ministro della Marina e delle Colonie ebbe conoscenza che la questione dello scambio di giurisdizione di Hainan con quella del Distretto di Shao-king ""era stata risolta"", secondochè informò il nostro Rappresentante in Parigi" nei termini del Decreto di Propaganda 3 febbrajo 1903 e del Decreto Pontificio 16 Marzo 1904 per effetto dei negoziati istituiti fra la Diocesi di Macao e la Prefettura Apostolica di Canton"".....

Frattanto si procedeva alle visite convenute all'isola di Hainan e al Distretto di Sew-ing, prendendo i missionarii delegati a questo scopo conoscenza

page_0042

delle missioni e dello stato di esse dal punto di vista dei beni mobili ed immobili e del numero dei Cristiani.

In Hainan tutto procedè bene, grazie al fatto ed alla buona volontà con cui si prestò il Superiore della missione a ricevere il delegato di Mgr. Prefetto Apostolico di Canton ad accompagnarlo per tutto e a dargli conoscenza oculare di ogni cosa e dell'inventario previamente fatto con la maggiore chiarezza e buon metodo.

Sarebbe nostro desiderio dire altrettanto relativamente a Sew-ing, dove, perchè le visite avessero luogo e si compissero, fu mestieri mandare successivamente da Macao tre missionarii, essendo riuscite inutili le visite dei primi due in conseguenza di ostacoli, talora sollevati, talora acconsentiti da chi aveva obbligo di appianare tutte le difficoltà. Tutto porta a credere che vi era un piano ordito e ben combinato per far andare a vuoto le visite dei missionarii di Macao a quel Distretto, allo scopo di far credere che era impossibile, o per lo meno non conveniente e pregiudizievole per l'opera dell'evangelizzazione il passaggio di questo distretto sotto la giurisdizione di Macao!

La necessità di esser brevi ci obbliga a non estenderci in questo punto, in cui molto avremmo da dire, provando tutto con documenti di valore incontestabile. Tuttavia molto ci costerebbe il doverci dimostrare severi, sia pure per nostra difesa, quando con

page_0043

questo venga a soffrirne la carità.

Condotta a termine con felice esito la visita dell'ultimo missionario spedito da Macao al Distretto di Shew-ing, speravamo che Mgr. Prefetto Apostolico, il quale più d'una volta aveva lamentato il dannosissimo indugio che si verificava per la soluzione definitiva di questa questione, si sarebbe affrettato ad annuire all'invito che in data 7 Marzo del corrente anno gli rivolgemmo per una riunione, nella quale avremmo detto l'ultima parola sull'argomento, essendo impegnato, come lo sapevamo, dalle risposte perentorie della S. Sede, dalle istigazioni del Governo Francese(1), dal suo onore interessato in un accordo con lui stipulato e da lui stesso comunicato ai Governi e da questi accettato e ratificato.

Vana speranza! Al nostro invito Monsignore risponde che ritiene suo dovere consultare di nuovo la S. Sede e di attendere, prima di procedere allo scambio delle giurisdizioni, la decisione che sarebbe stata emessa !!

(1) - Effettivamente i Delegati di Canton fin dalle prime sedute si dissero autorizzati a dichiarare che era volontà del Governo Francese, per far cosa gradita al Governo del Portogallo, che il suo Prelato giungesse al più presto ad un accordo col Vescovo di Macao circa la questione di Hainan e Shew-ing; ed il Ministro di Francia in Pechino Signor Bapst,

di passaggio in Macao, visitando il Vescovo della diocesi glielo confermò ancor più, e cioè che Mgr. di Canton era pronto ad annuire alle esigenze del Vescovo. Con questa visita del Ministro coincideva la venuta dei Delegati di Canton per la prima volta a Macao, cui seguirono altra molte intramezzate da insistente corrispondenza epistolare. Correano voci che il Governo Franc. era proclive ad impadronirsi dei beni delle missioni e specialmente della Cattedrale di Canton; così si spiega tanta straordinaria attività.

-15-

page_0044

Mgr. Merel pretende giustificare la sua ri-
sposta con tre considerandi già da noi precedentemen-
te confutati nella nostra corrispondenza con quel Pre-
lato e che ora passiamo a discutere.

I Considerando su cui si basa Mgr. Merel so-
no tre:

1° - "OPPOSIZIONE" dei Cristiani di Shew-ing a
far passaggio da quel Distretto alla giurisdizione di
Macao e timore che le Cristianità "si rendano apostata-
ti", come avvenne in Hainan.

2° - SPROPORZIONE fra Hainan e Shew-ing, dal dop-
pio punto di vista delle proprietà e del numero dei
Cristiani, necessità di una compensazione tanto mag-
giore in quanto la disproporzione fu aumentata dalla
"vendita delle due case" in Hoi-ow, capitale dell'i-
sola, appartenenti alla missione di Hainan.

3° - INTENZIONE del Governo Portoghese, espressa
dal suo Rappresentante in Parigi, di tornare allo sta-
tu quo anteriore al decreto del 1903(1)

1°

Opposizione dei Cristiani, timore delle apo-
stasie, decadenza della Missione di Hainan.

a)

Il numero dei Cristiani sparsi per tutto il

(1) - Nota del Prefetto Apostolico di Canton del
20 Marzo 1907. Doc. N° 10.

page_0045

distretto di Shew-ing in lontane e poco numerose Cristianità(1), non eccede, secondo documenti autentici, forniti dai missionarii del Distretto, i 2609(2); il quadro statistico di tutta la prefettura apostolica relativo al 1905-1906 gli attribuisce ancora un minor numero di Cristiani, soltanto 2361(3).

Da qui si può vedere che valore possa avere l'opposizione di Cristiani così poco numerosi ed in condizioni così sfavorevoli per potersi concertare in un programma di resistenza!

Ed infatti l'opposizione cui accenna Monsignore, era fatta principalmente da donne e ragazzi da esse instigate, come unanimemente riferiscono i due missionarii Portoghesi che di tale opposizione furono oggetto: il P. Roliz e il P. Pitta. E solamente si manifestò in due luoghi: nella capitale di Shew-ing e in una cristianità posta ad una buona distanza al Nord, ambedue soggetti al medesimo missionario, il Padre Clauset; circostanza che non si deve perder di vista. Nelle altre Cristianità il missionario Portoghese che le visitò fu ben ricevuto dai Cristiani, come lo attestano i proprii missionarii della Prefettura Apostolica(4).

Ora nella capitale vi sono appena 148 Cri-

(1) - Vedi Carta Top. della Provincia di Kouang-tom e gli inventari delle missioni di Shew-ing Doc. I. II. 12. 13.

(2) - V. Inventari delle miss. di Shew-ing Ibid.

(3) - V. "Administr. miss. Kwan tong 1905-06"
Doc. 14.

(4) - Lettere dei PP. G.B. Lii. G.B. Wong e Gaston Boucheron. Doc. 15, 16, 17.

-17-

page_0046

stiani e l'altra Cristianità ne conta poco più(1), e quanto ridotto sarebbe il loro numero se si sottraessero quelli che non potevano o non volevano figurare in tali manifestazioni, e specialmente i vecchi, i ragazzi e gli antichi Cristiani, i quali, conforme al detto di un missionario della Prefettura Apostolica, absolute volunt recipere PP. Lusitanos(2)!

Effettivamente vi sono in queste Cristianità molte famiglie antiche convertite al Cristianesimo dagli antichi missionarii di Macao(3), e che perciò sono naturalmente affezionate ai PP. Portoghesi. Gli stessi missionarii della Prefettura riconoscono e confessano questa affezione degli antichi Cristiani verso i missionarii di Macao(4).

Di questo fatto rendono testimonianza i Cristiani e persino i Gentili dei vari luoghi della Cina, ove attualmente risiedono i Padri di Macao, e specialmente la circostanza attestata dal missionario di S. Lazzaro della città di Macao, il quale dice esser costume che nel decorso dell'anno molti Cristiani vengano dalla Prefettura Apostolica e dal distretto di Shew-ing a Macao per assistere alle nostre feste, per confessarsi e comunicarsi qui come fanno molti di essi per precetto pasquale(5).

(1) -V. gli inventarii delle Miss. di Shew-ing e quello del R.P. Clauset. Doc. II.

(2) - V. Lettera del P.G.B. Wong scritta dal Collegio du Sacré Coeur in Canton li 17/3/1906. Doc. 15.

(3) - V. Inventario del R.P. Gervais. Doc. No 12.
Note.

(4) - Lettere dei PP. G.B. Lii, G.B. Wong e Gaston Boucheron. Doc. No 15, 16, 17.

(5) - Lett. del P. Atanasio Tang. Doc. No 18.

-18-

page_0047

Non è meno eloquente il fatto che vengano a Macao Cristiani dalla Prefettura Apostolica in cerca di donzelle della nostra missione di S. Lazzaro o di educande dei nostri collegi e asili per sposarsi con esse e costituir famiglie, e, ciò che è ben degno di esser notato, molte volte sono gli stessi missionarii della Prefettura che li mandano per questo scopo! Succede lo stesso coi giovani che per istruirsi vengono dalla Prefettura Apostolica ai nostri stabilimenti di educazione, e, quello che è ben curioso e produce persino meraviglia, è che sia il Clero dirigente di Canton quello che sollecita l'ammissione di essi negli stabilimenti(1). Su questo argomento non ci dilunghiamo di più per non vederci obbligati a mettere in chiaro gli autori e promotori della pretesa opposizione dei Cristiani.

b)

Il timore delle apostasie non giustifica nè esplica il voltafaccia di Mgr. Prefetto Apostolico.

1° - Se questa causa fosse vera, avrebbe dovuto esister sempre fin dal principio della questione e fin da allora avrebbe impedito, o per lo meno ostacolato, qualsiasi iniziativa da parte del clero di Canton in pro del cambio di giurisdizione.

In verità Mgr. Merel conosceva bene l'indole dei Cinesi. Egli stesso dice(2) "Qui ne connaît-

(1) - Nota del Super. dell'Orfanotrofio della IMMACOLATA CONCEZIONE. Doc. N° 19.

(2) - Lettera di Mgr. Merel 24 Nov. 1900.

-19-

page_0048

pas ces Chinois ne peut imaginer aux prix de quelle difficulté, de quels sacrifices on peut les maintenir dans la fidélité aux lois de l'Eglise."

Non è verosimile che così tardi si avvertisse lo sbaglio di esporre i Cinesi al pericolo di apostatare poichè Monsignore certamente li conosceva da tempo sufficiente e poi fu missionario fra di loro per molti anni ed è Prefetto Apostolico del Kouang-tom dal 1901 !

2° - Questo timore pertanto non è sincero.

Ed invero non si può ragionevolmente ammettere che Mgr. Merel durante tanto tempo dal Maggio fino al Novembre, in una lunga serie di documenti scritti di suo proprio pugno(1) e per bocca dei suoi Delegati, i quali durante questo tempo vennero "sei volte" da Canton a Macao allo scopo di negoziare per l'esecuzione dei Decreti Pontifici, si mantenesse fermo nel proposito di dare esecuzione ai Decreti, concludesse un accordo col suo collega di Macao, comunicasse questo accordo ufficialmente all'Europa, lasciasse che i due Governi di Parigi e di Lisbona si intendessero a riguardo di esso e dessero la questione per risolta nel senso indicato nello stesso accordo, e tutto ad un tratto, solamente perchè il secondo missionario di Macao mandato a Shew-ing venne ricevuto male in una Cristianità che nella sua totalità conta solamente "148 anime", compresi i vecchi, ragazzi e antiche famiglie affezionate di Portoghesi, cominciasse a trar-

(1) - Sono dodici lettere e note, i cui originali

possediamo, come tutti gli altri scritti prima e dopo.

-20-

page_0049

si indietro per la paura dell'apostasia! (1). E questo quattro anni dopo pubblicato il Decreto ottenuto ad istanza della Società delle Missioni Estere di Parigi, di cui è illustre membro quel degno Prelato! Ed il più curioso è che si finga questo timore puerile anche dopo che è stata dimostrata a Monsignore con argomenti irrefutabili la futilità di un simile pretesto(2).

I Cinesi in generale, e particolarmente i Cristiani, sono di buona indole, fermi e tenaci nelle loro credenze religiose. I Cristiani non apostatano se non in circostanze critiche, e quando si vedano abbandonati da ogni soccorso religioso. Ora la Diocesi di Macao possiede oggi elementi valorosi per accudire a tutte le Cristianità di Shew-ing e promuoverne l'incremento. E per sostituire i "4 missionarii" che colà tiene la Prefettura Apostolica, Macao manderà subito colà un numero doppio, e dieci o dodici religiose ausiliarie della missione, ove sia necessario!

c)

Quanto alla "decadenza della Cristianità di Hainan" non può Mgr. Merel invocarla per giustificare i suoi timori di apostasia, e nemmeno ha autorità per farlo, in quanto che è accertato che i Francesi e per-

(1) - Il Rev. P. Giuseppe Gonzales Roliz S.J. Il primo che fu là mandato, Il P. Gomes S.J. subito in Canton incontrò insuccesso perchè chi poteva e doveva non lo lasciò andare fino a Shew-ing e dovette torna-

re a Macao senza aver posto là il piede!

(2) - Lettera del Vescovo di Macao al Sig. Prefetto Apostolico addì 10 Dec. 1906. Doc. No 20.

-21-

page_0050

sino la Società delle Missioni Estere, quantunque non avessero intenzione di far del male, ciò che non discutiamo, sono in ultima analisi gli autori di questa decadenza. Effettivamente Hainan che dal 1850 era sotto la giurisdizione della Prefettura Apostolica di Kouang-tom passò nel 1876 sotto la giurisdizione di Macao in virtù delle Lettere Apostoliche "Universis Orbis Ecclesiis" addì 15 Giugno 1874.

In questo tempo la Missione contava, secondo dati ufficiali, 838 Cristiani, parecchie cappelle e proprietà.

Nel 1884 quando scoppiò la guerra del Tonchino, le Cristianità non erano diminuite e si trovavano nello stato stesso in cui le avevano lasciate i missionarii della Prefettura Apostolica, quando se ne erano ritirati(1).

(Prima causa). - Ma scoppiò la guerra e Hainan, che politicamente faceva parte della provincia di Kouang-tom, si ebbe la sorte stessa di questa e della provincia di Kouan-si(2). Le Cristianità furono assalite, saccheggiate le case dei Cristiani e le cappelle, perseguitati i Cristiani, trucidati molti di essi ed i sacerdoti ebbero a subire la sorte stessa o a fuggirsene per scampare alla morte(3).

(1) - Vedasi la Relazione spedita dal P. Battista, Superiore della missione di Hainan al Vescovo di Macao. Mappe N° 1 e N° 2. Documenti N° 21 e 23. Nota finale di quest'ultimo.

(2) - Vedi: "Histoire Général des Missions E-

trangères". Tom. 3°. Pag. 522. Doc. N° 24.

(3) - Vedi: "Histoire Général des Missions E-trangères". Tom. 3° Pag. 522.

-22-

page_0051

In Hainan, come in altre parti, i Cristiani erano ritenuti come conniventi nella guerra che gli Europei facevano alla China, ed i sacerdoti, benchè non fossero Francesi, erano ritenuti come tali, o, almeno, come amici e spie dei Francesi(1).

La maggior parte dei Cristiani se ne fuggivano ed evitavano i missionarii per non essere perseguitati come Cristiani o stranieri (ciò che era lo stesso) e non si presentavano più, in modo che, ritornata la pace nell'isola, solo pochi restavan fedeli.

Le Cristianità però non restarono abbandonate. Hainan ebbe sempre missionarii, anche nel colmo della persecuzione. Vi furono sempre mandati quelli di Macao, e si deve notare che vi fu simultaneamente più di un sacerdote, a volte tre, poi quattro, ed anche cinque missionarii Portoghesi e Cinesi, mentre sotto la giurisdizione della Prefettura Apostolica, dal 1850 fino al 1876 solo per due volte ed a brevi intervalli vi furono insieme due o tre sacerdoti(2).

Nel tempo della missione Portoghese si aprirono scuole e catecumenati, si edificarono asili, si restaurarono e costruirono cappelle. I villaggi apostati cominciarono ad entrare nella comunione cat-

(1) - Vedi: Lettera di M.T. Walters console Britannico in Hainan, diretta al P. Giuseppe Vincenzo Costa, superiore della missione, in cui lo consiglia a ritirarsi dalla missione, ritenendolo i genti-

li come Francese o, almeno, amico di essi. N° 25.

(2) - Vedi la "Relazione dei missionarii che hanno evangelizzato l'isola di Hainan dal 1630 fino al presente", e la "Relazione dei missionarii che furono in Hainan dal 1876 fino al presente anno 1907". Doc. N° 21 a 22.

23-

page_0052

tolica. Gli asili furono affidati alle benemerite Canossiane che dapprima furono colà in numero di quattro ed ultimamente erano già in numero di nove, avendo in poco più di tre anni battezzato più di 200 bambini, per non parlare dei battesimi amministrati da esse fuori degli asili.

In Hoi-ow, si progettava di aprire un collegio per bambine ed una residenza missionaria, per il che erano state acquistate case adattate.

(Seconda causa). - Ma nel 1898, e cioè quasi dieci anni fa, si cominciò a trattare di un cambiamento della missione e del suo passaggio alla giurisdizione della Prefettura Apostolica, per iniziativa della Società delle Missioni Estere che ad ogni costo pretendeva Hainan(1).

Ora era molto naturale che dal momento in cui ciò risultava, lo zelo cominciasse a diminuire e l'azione dei missionarii cominciasse a trovarsi infiacchita, non ostante che fossero stati colà mandati alcuni validi soccorsi. Il timore della perdita della missione realmente infiacchiva gli animi di tutti, sia missionarii, sia indigeni. Le case di Hoi-ow non riuscivano ad avere la destinazione che loro spettava e fino dal 1903, anno della pubblicazione del Decreto Pontificio, restò interamente paralizzata l'opera dell'evangelizzazione dinanzi alla prospettiva della prossima consegna della missione alla giurisdizione del Prefetto Apostolico di Kouang-tom(2)

(1) - Vedi Documenti N° 4, 5, 6, 7, 8.

(2) - Uno dei primi atti dell'attuale Vescovo

page_0053

Giammai Hainan possedè tanti e così buoni elementi di Cristianizzazione, come li aveva alla data di quel Decreto - cinque sacerdoti missionarii Portoghesi e Cinesi e 9 Religiose ausiliarie della missione Europea e Cinesi, appartenenti all'Istituto delle Figlie della Carità Canossiane, scuole ed asili fiorenti. Inoltre nel 1904 in occasione delle feste giubilari dell'Immacolata Concezione, vi si celebrarono feste prima d'allora mai vedute(1).

In quale stato di floridezza non si troverebbe oggi la missione di Hainan se la persecuzione dei Cristiani provocata dalla guerra Franco-Chinese ed il raffreddamento dello zelo risultante dai negoziati per lo scambio delle giurisdizioni, non fossero venuti a rilassare e paralizzare l'opera dell'evangelizzazione !?

Con qual sincerità poi vediamo Mgr. Merel parlare in Hainan per giustificare i suoi timori di apostasia e di detrimento degli interessi religiosi!? Anche nei territori della giurisdizione del Signor Prefetto Apostolico le Cristianità furono abbandonate in occasione della guerra del Tonchino(2).

di Macao al giungere alla sede della sua diocesi, portando seco il testo del decreto, fu di ordinare al superiore della Missione di Hainan, che da allora in poi i missionarii si limitassero a conservare ciò che vi era, visto che in breve la missione doveva passare ad altra giurisdizione. Nota del 2 Luglio 1903.

(1) - Vedi "Bollettino del Gov. Eccles. della

Diocesi di Macao", II° anno Pag. 297 e seg.

(2) - Vedi "Stor. Gen. delle Missioni Estere".

TOM. S. Pag. 522.

-25-

page_0054

Ed alcune giacquero nell'abbandono e senza soccorso efficace per molto tempo. Inoltre è poco più di due anni, e cioè dal 1904, venti anni dopo la persecuzione, che la Cristianità, altra volta fiorente dell'isola di Shan-Sham, ove morì il grande Santo Saverio, tornò ad avere un missionario che con fatica è riuscito a far tutto risorgere dalla ruina cagionata dall'odio dei Gentili e dalla azione demolitrice del tempo! Eppure era colà che lo zelo attivo ed intelligente del Prefetto Apostolico Mgr. Guillemain aveva eretto grandiosi e bei monumenti d'arte in onore del glorioso Apostolo d'Oriente ed ai quali avevano concorso l'Imperatrice Eugenia e il Governo Francese. Ed in questo colpevole abbandono rimase per tanti anni quel venerando centro di pietà ove si dirigono frequenti le peregrinazioni dei fedeli dell'Estremo Oriente, e specialmente da Macao, Hong-Kong e Canton(1).

2.

Sproporzione fra Hainan e Shew-ing dal punto di vista delle proprietà e del numero dei Cristiani; Compensazioni; vendita di case in Hainan.

a)

Questa obbiezione era stata già confutata dal Vescovo di Macao nella sua nota del 7 Marzo del-

(1) - Vedi "Sanchoan, The Holy Land of The Far East". Opuscolo recentemente pubblicato in Hong-Kong da un Religioso della Compagnia di Gesù. Pag. 25.

page_0055

l'anno corrente, in risposta ad altra del Prelato di Canton del giorno 4. Ecco ciò che si disse allora, e che nulla ha perduto della sua forza perchè il Sig. Prefetto Apostolico nulla controreplicò, limitandosi a ripetere l'obbiezione. Disse il Vescovo di Macao: "Pour ce qui concerne la disproportion que les inventaires montrent exister entre Hainan et Shew-ing au double point de vue des propriétés et du nombre de chrétiens nous n'avons rien à y voir dès que le Saint Père, après un mûr examen des choses, rationibus hinc inde allatis mature perpensis, comme s'exprime le décret du 3 Février 1903 de la Propaganda, a ordonné l'échange de l'île d'Hainan contre le district de Shew-ing. En effet le decret est "absolu", il n'impose aucune condition, n'exige aucune compensation. La jurisdiction à échanger est une jurisdiction territoriale qui, de sa nature, attire à elle, avec les territoires, les chrétientés et les choses appartenant à celles-ci . Le decret ne fait aucune distinction de ces choses. Comment donc vouloir les séparer pour en faire l'objet d'une convention à part? "Ubi lex non distinguit, nemo potest distinguere..... Le decret ajoute même "ad instar mutationis quae peracta fuit anno 1874 in quo per Bullam diei 15 Junii supra dicta insula Hainan Macaonensi Dioecesi adnexa fuit".

Ed invero l'isola di Hainan nel 1874 (o meglio nel 1876, anno in cui fu data esecuzione alle lettere apostoliche) passò alla giurisdizione di Macao, senza che per parte della Prefettura Apostolica

page_0056

di Kouang-tom si esigesse compensazione alcuna, non ostante i beni e le cappelle che la missione colà possedeva, e non ostante il numero dei Cristiani che, secondo documenti autentici, si elevava a 838(1).

E' da maravigliarsi che Mgr. Merel, il quale doveva conoscere bene Hainan, poichè già vi era stato, aveva ben presso di sè i suoi missionarii, che frequenti volte là si recano, alcuni dei quali si vantavano davanti al Vescovo di Macao di conoscere bene lo stato in cui si trova la missione in quell'isola, è da meravigliarsi, dico, che solo dopo concluso l'accordo col suo collega per l'esecuzione dei decreti che ordinano lo scambio delle giurisdizioni, giungesse ad avvertire disproporzioni e ad esigere compensi! (2).

Ben al contrario di quanto pretende Mgr. Merel, la compensazione ordinata dalla S. Sede è al Vescovo di Macao che deve essere data. Effettivamente: 1° Egli era obbligato dal Decreto a cedere l'isola di Hainan, che per diritto concordatario gli ap-

(1) - Vedi Lettere Apostoliche "Universis Orbis Ecclesiis" del 15 Giugno 1874: Atti del convegno celebrato in Canton fra Mgr. Guillemin, Prefetto Apostolico, ed il Decano Emanuele Lorenzo de Gouveja Delegato del Vescovo di Macao, e la Nota o Lettera di Mgr. Guillemin al Sup. della missione Portoghese in Hainan in data 19 Ottobre 1876. Relazione del P.G.G. Batt. Super. della Missione di Hainan addì 7 Dicembre 1890. Doc. N° 26, 27 e 23.

(2) - Si veda tutta la corrispondenza scambiata fra i due Prelati. Abbiamo nelle mani gli originali di tutte le lettere e note di Mgr. Merel ed in nessuno di questi documenti sino alla conclusione dello accordo ed alla sua approvazione nella nota del 16 Ag. 1906 vi è il menomo accenno a sproporzioni e compensi.

-28-

page_0057

parteneva, e pertanto era lui che aveva diritto a ricevere un indennizzo. 2° Fu questo ciò che espressamente ordinò la S. Sede, come si vede dal rescritto del 16 Marzo 1904: "La S. Sede ha dichiarato che la giurisdizione del Vescovo di Macao, in compenso della cessione dell'isola di Hainan.... debba estendersi al Distretto di Chao-King"

b)

Quanto all'argomento della sua sproporzione fra Hainan ed il Distretto di Shew-ing, derivante dalla vendita che la missione di Hainan (sic) fece di due case che colà possedeva, già questa obbiezione di Mgr. Merel fu confutata dal Vescovo di Macao nella sua nota 31 Dicembre 1906, in risposta ad altra di Monsignore in data 17 dello stesso mese ed anno.

Mgr. Merel insiste nell'obbiezione, ponendo in non cale ogni ragione, rappresentata in contrario ad essa. E' cattivo sistema, quantunque comodo. Ecco fra l'altro quanto si disse allora al Sig. Prefetto Apostolico: "La mission de Hainan n'avait rien à voir à ces deux maisons. Elles appartenaient à l'administration de Macau au même titre que bien d'autres que nous avons à Hong-Kong et à Singapora. Le Père Pitta (Superiore della missione) vendant ces maisons agissait non en sa qualité de Missionnaire de Hainan, mais comme procureur de l'administracion de Macau.(1)

Comunicazione del Vescovo di Macao a Mgr. Prefetto Apostolico di Canton del 31 Dicembre 1906.

-29-

page_0058

Capiva Monsignore l'obbligo di dimostrare la falsità di quanto si adduceva per poter insistere nella obbiezione, ma non lo fece per trovare più comodo di affermare senza prove. Infatti quel Prelato non aveva nè poteva avere prova qualsiasi che le dette case appartenessero alla missione di Hainan.

Esse erano state acquistate con danari mandati da Macao, col fine di servire per un collegio di bambine e per residenza di missionarii: ma non furono mai a ciò destinate, nè l'amministrazione di Macao ne fece la consegna alla missione di Hainan, perchè qualche tempo dopo si cominciò a trattare del passaggio di Hainan alla giurisdizione di Canton; e da quando furono acquistate fino a quando furono vendute, furono sempre sotto l'amministrazione diocesana(1). In nome di questa amministrazione furono vendute alla fine di Giugno dell'anno 1906(2).

3.

Intenzione del Governo Portoghese e nota del Ministro di Portogallo a Parigi proponendo lo "statu quo" anteriore al Decreto del 1903.

Si è compresi da stupore quando Mgr. Merel

(1) - Vedi Inventario fatto dal Superiore della Missione, di Sem-tui-san ai 25 Aprile 1905. Doc.28.

(2) - Vedi Comunicazione del Superiore stesso
in data di Hoi-ow ai 16 Ottobre del 1906, accompagnata dalla formola o modulo di ricevuta che il compratore delle case esigeva pel denaro da passarglisi in Macao nei termini stessi. Doc. N° 29 e 30.

-30-

page_0059

che tenne mai in conto i giusti reclami del Governo Portoghese, che erano gli stessi del Vescovo di Macao, se non per opporvisi, venga ora, quando il tutto si era concertato per l'esecuzione dei Decreti Pontifici, ad opporsi ad essa con una proposta di quel Governo, della quale aveva già preso conoscenza anteriormente ai negoziati trattati ed ai compromessi già presi!

Dice infatti Mgr. Merel nel suo terzo ed ultimo considerando che il Governo Portoghese nel Gennaio del 1906 aveva dichiarato al Governo Francese che preferiva di tornare allo statu quo anteriore alla convenzione del 1901 (voleva dire il Decreto del 1903) nel caso che non si facesse lo scambio delle giurisdizioni nel modo che egli desiderava. Effettivamente fu così, e questo si spiega col vivo desiderio che aveva il Governo Portoghese che non si protrasse per maggior tempo il funestissimo stato d'indisposizione in cui si stava, sembrandogli che questo fosse il mezzo più facile. Inoltre egli conosceva molto bene il desiderio che dall'altra parte si aveva di riavere Hainan.....

Il Governo Francese però non volle prendere alcuna decisione senza consultar prima il Prelato di Canton(1), a cui diede subito conoscenza della surriferita nota in modo che quando nell'aprile di quell'anno furono iniziati i negoziati, poterono i delegati del Prelato di Canton dichiarare, come infatti

(1) - V. Lettera dell'Ecc.mo Ministro di Porto-

gallo al Vescovo di Macao in data 26 Settembre 1906.

Doc. No 31.

-31-

page_0060

dichiararono, che per soddisfare alla richiesta del Governo Francese, da essa provocata, questi negoziati erano stati proposti e condotti ad effetto da parte della Prefettura Apostolica. Ora dal momento in cui cominciarono fino a quando terminarono i negoziati per l'accordo, nè Mgr. Merel in iscritto, nè i suoi delegati nelle sessioni tenute a questo oggetto, parlarono "mai" di tornare allo "statu quo"! Si trattò unicamente di questo: o di combinare un'altra delimitazione di giurisdizione differente da quella ordinata dai decreti pontifici: o, in caso che gli interessati non convenissero in questo, di risolversi per l'esecuzione dei decreti. Si fu intorno a questa seconda soluzione che si armonizzarono le volontà, e così si fece l'accordo che ebbe l'ulteriore approvazione di Mgr. Merel in data 16 Agosto del 1906, come abbiamo di già veduto.

Desiderando di soddisfare prontamente alla richiesta del Governo Francese il Prelato di Canton si affrettò a dargliene partecipazione per telegramma, aggiungendo che in una relazione avrebbe opportunamente il tutto spiegato. E così fece, rimanendo inteso il Governo Francese che l'accordo versava sulla esecuzione del Decreto della Propaganda in data 3 febbrajo 1903, spiegato dal rescritto del 16 Marzo 1904(1).

(1) - Vedi Lettera del Ministro di Portogallo in Parigi al Vescovo di Macao in data 26/9/1906.

Doc. 31.

-32-

page_0061

Il Governo di Parigi pose tutto ciò in conoscenza del Governo di Lisbona, rimanendo intesi ambedue i Governi e dando come risolta la questione dello scambio di giurisdizioni in armonia con le decisioni della S. Sede. Di questi fatti venne a conoscenza per via ufficiale il Vescovo di Macao molto prima della fine dell'anno prossimo passato e posteriormente ne ebbe la conferma(1).

A che viene fuori ora Mgr. Merel dopo tanto tempo, ai 20 Marzo 1907, con le intenzioni del Governo Portoghese espresse in una decisione del 24 Gennaio 1906, la quale si rese nulla e di niun effetto in conseguenza delle ulteriori risoluzioni? E non sarà ciò se non mostrare una volta di più che cerca solamente pretesti per sottrarsi al compimento della veneranda volontà del Sovrano Pontefice, manifestata più di una volta? E per un vano capriccio si va prolungando il triste stato in cui si trovano le missioni interessate, con grave danno delle anime e serio pregiudizio dell'opera dell'evangelizzazione della fede!!

Ci veniamo ora a ricordare che un giorno, poco dopo la nostra andata in Estremo Oriente, quando già si sapeva in Canton che in iscambio dell'isola di Hainan pretendevamo, oltre al distretto di Shew-ing, le tre Sotto-Prefetture di San-ing, San-ui e Shun-tac,

(1) - Vedi Lettera del Ministro degli Esteri al Ministro della Marina e Oltremare (11/10/1906) e lettera della Dir. Gen. di Oltremare al Vescovo di Ma-

University of Saint Joseph

Bibliotheca Diocesis Macaonensis

cao 12 Dec. 1906.

-33-

page_0062

uno dei Sacerdoti più influenti del Clero di Canton, incontrandosi con un missionario di Macao, gli disse: "Se il Vostro Vescovo si rendesse molto esigente, le cose andranno fino a Roma ed egli si porrà a repentaglio di rimaner senza niente".

Riguardando a tutte le peripezie a cui diede origine il rispettabile Prelato di Canton (e ne abbiamo qui accennato solo una piccola parte), si scorre che una mano occulta, di cui non è pubblicamente responsabile per tali errori, si impegna a muovere e dirigere gli avvenimenti, per giungere a quel supremo desideratum "di lasciar senza niente il Vescovo di Macao".

Senza niente, sì! E ciò perchè si ridono di un Concordato, benchè ben recente, in cui è impegnata l'augusta parola del Vicario di Gesù Cristo! Giacchè solo così si spiega che nè San-ing, nè San-ui, nè Shun-tac ancor questa volta entrassero a far parte della giurisdizione di Macao, per essersi sollevati ostacoli che impedirono alla S. Sede, il cui verdetto accettiamo, di allargare un poco la giurisdizione del Vescovo di Macao in un territorio "che gli spetta per diritto concordatario".

Senza niente, sì! Tutto quello che si pretende in questo astuto maneggio, si è di lasciar il Vescovo di Macao senza Shew-ing!

E così si procederà di vittoria in vittoria fino a che Hainan non siegua la stessa via, il che

non sarà difficile, perchè alla decadenza già procurata con misure astutamente poste in pratica dovrà

-34-

page_0063

seguire l'annientamento e la morte di quella povera missione, degna di sorte migliore, e quindi la perdita irrimediabile di essa per la giurisdizione di Macao!

Ed allora i nostri avversarii finiranno dove volevano principiare, cioè impossessandosi della isola agognata e col vantaggio di non dover sottostare alla giurisdizione di un Prelato straniero!

In quelle parole ci minacciarono col ricorso a Roma. A Roma venimmo e qui stiamo! Assetati di amore e di giustizia, giacchè siamo figli legittimi, e non spurii, di questa dolcissima Madre di tutte le Chiese, ci appelliamo alla sua autorità. E lo facciamo, animati da quella stessa fiducia, se non maggiore, con la quale il grande Paolo, prevalendosi del suo titolo di cittadino Romano, si appellava al Cesare pagano non sempre giusto, nè con viscere di padre verso i disgraziati suoi sudditi.

Roma, 13 Giugno 1907, festa di S. Antonio di Lisboa.

[STAMP: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

+ Giovanni, Vescovo di Macau

-35-

page_0064

S. Ex.^a o Ministro concorda.

20 de 4 de 1908

Morte

[Stamp: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

[Stamp: ULTRAMAR]

[Stamp: R.^a 28 ABRIL 1908]

[Stamp: 4^a Rep. N^o 225]

[Handwritten note in top right corner:]

Urgte

Off.mo e Ex.mo Senhor

[Handwritten note in right margin:]

Officio ao Ministerio

dos Estrangeiros em

8-5-1908

1.^a Rep.^a 2.^a secção

Deve enviar-se copia

d'este officio ao Sr.

Ministro dos negocios

estrangeiros a fim de

dar as ordens que tiver

por convenientes

sobre o assumpto.

em 30/4/908

2.^a

Tendo sido resolvida satisfactoriamente para o Real Padroado da Corôa a questão da permuta de jurisdições entre o Prefeito Apostolico de Cantão e o Bispo de Macau na ilha de Hainan e districto de Shao-king (ou Shaw-ing), como me foi notificado em officio da Direcção Geral do Ultramar de 31 do corrente mez d'abril; e convindo que com a maxima brevidade se dê execução ás decisões pontificias relativas á dita permuta para que se cumpra o que ultimamente foi ordenado pela Santa Sé a tal respeito, como já tive a honra de informar esse Ministerio; rogo a V. Exc.^a se digne solicitar a intervenção de Sua Exc.^a o Ministro dos Negocios Estrangeiros para que obtenha do Governo de Sua Majestade o Imperador da China o reconhecimento do novo estado de cousas e a protecção das auctoridades chinezas para as Missões do Real Padroado e respectivos missionarios no districto que vae ser

[Printed form with handwritten entries:]

1.^a REPARTIÇÃO

DA 2.^a

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.^a Secção

Macau N.º 42

28 de 4º de 1908

page_0065

incorporado na diocese de Macau.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Lisboa 27 d'abril de 1908

Aff.mo e V.or

Ex.mo Snr.

Conselheiro Ministro e

Secretario d'Estado dos Negocios

da Marinha e Ultramar.

+ João Paulino d'Azevedo e Castro, Bispo de Macau

page_0066

[Printed header]

GOVERNO DA PROVINCIA DE MACAU
EXPEDIENTE GERAL

No. 97

Palacio do Governo de Macau,
19 de abril de 1907.

Objecto

Accusa recebido o telegramma de 27-3-07 auctorisando a passagem do sr Bispo e seu Secretario para o Reino.

[Handwritten text]

Illmo e Exmo Snr

[Stamp]

ULTRAMAR

<20 MAIO 1907>

1 Rep. No 300

Tenho a honra de accusar recebido o telegramma de V. Ex^a do teor seguinte: "Lisboa - 27 - 3 - 07 - Governador - Macau - auctoriso - abono - passagem - Bispo - e - Secretario - para - virem - Reino - via - Roma ponto..... (a) Ministro" e de dizer a V.Ex^a que após a recepção do referido telegramma foram dadas as precisas ordens á repartição superior de fazenda d'esta provincia para mandar abonar as citadas passagens devendo o Sr. Bispo e o seu Secretario partir para Lisboa, via Roma, na mala que largará de Hongkong no dia 8 de maio p.v.

Deus Guarde a V.Ex^a

Palacio do Governo em Macau, 19 de abril de 1907.

Illmo e Exmo Snr Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Governador da provincia,
Pedro de Azevedo Coutinho

[Printed and handwritten footer, left side]

1.A REPARTIÇÃO

-> DA <-

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2. Secção

N.º 69

22 de Maio de 1907

page_0067

Ill.mo Ex.mo Senhor

[Stamp: ULTRAMAR | 22 JUN 1907 | Rep. N° 397]

Tenho a honra de participar a V. E.ca que tendo partido de Macau no dia 7 e embarcado em Hong-Kong no dia 8 de maio ultimo desembarquei em Napoles no dia 3 do corrente e n'esse mesmo dia cheguei a Roma. Logo no dia seguinte visitei o Em.mo Cardeal Secretario d'Estado de S. Santidade, com quem me abri a respeito da questão que me obrigava a vir a Roma.

Em segunda visita que dias depois fiz a S. Eminencia, ficou assente que por mim lhe fosse apresentada uma memoria documentada, trabalho que já fiz e que por estes dias irei apresentar.

Espero que nos será feita justiça

Opportunamente irei informando a V. Ex. das occorrencias que merecerem ser levadas ao seu conhecimento.

Sua Santidade o Papa houve por bem admittir-me em audiencia, n'um dos dias d'esta semana, em que testemunhou o maior interesse por Portugal e especialmente pela diocese de Macau de cujo estado lhe fiz um breve relato que lhe deu muita satisfação.

Visitei tambem S. Ex.cia o Snr. Embaixador de Portugal junto do Vaticano e já fui

[Left Margin Text]

1.ª REPARTIÇÃO

DA 5.ª

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2 Secção

N.º 82

26 de Junho de 1907.

page_0068

honrado com uma visita de Sua Ex.cia, que apesar
dos seus achaques se empenha com vivo interesse pelo
bom exito da nossa causa.

Deus Guarde a V. Ex.cia

Roma, Collegio Portuguez, 15 de Junho de 1907

Exmo Snr. Conselheiro

d'Estado Ministro dos Negocios da
Marinha do Ultramar.

+ João Paulino de Azevedo e Castro

Bispo de Macao

page_0069

Ministerio dos Negocios Estrangeiros

[Illegible handwritten note]

Direcção Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

1ª Repartição

Processo 116.

1.ª REPARTIÇÃO

«S DA Sª»

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

Secção

N.º 19/6 de 1907

Lisboa 17 de Junho de 1907

[Stamp: ULTRAMAR]

[Stamp: 19 JUN 1907]

[Stamp: Rep. N.º 3002]

Ill.mo e Ex.mo Snr.

[Stamp: HISTORICO ULTRAMARINO ARQUIVO]

Foram ja expedidas instrucções ao Embaixador de Sua Magestade em Roma e ao Ministro de Portugal em Pariz para effectuarem, o primeiro junto da Santa Sé e o segundo junto do governo da Republica, as dilligencias necessarias afim de que o Prefeito Apostolico de Cantão deixe de levantar obstaculos á execução do accordo relativo á troca de jurisdicções na ilha de Hainan e no districto de Shao-King, conforme V. Ex.^a solicitava em seu officio de 25 de Maio ultimo.

Do documento que acompanhou esse officio não se conclue se está já ultimada a entrega, pelo Bispo de Macau, da jurisdicção em Hainan. Se ainda o não está, permitto-me ponderar a V. Ex.^a que haveria vantagem em indicar ao Prelado Portuguez a conveniencia de não faser-se a entrega da sua jurisdicção, enquanto

page_0070

não estiver garantida a entrega simultânea da jurisdição em Shao-King, pelo Prefeito de Cantão.

Deus guarde a V. Ex.cia

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro e Secretario
d'estado dos Negocios da Marinha e Ultramar.

Zunino Martins

page_0071

p.a Dr Urb

Bispo de Ma

caia está em

Roma; convem

telegrafar-lhe sobre

o caso

page_0072

Embaixador de Portugal - Roma

Teco por digno de ser
conveniente não entregar jurisdição Marian
em estar garantida entrega simultanea juris-
dição Shantung pelo prefeito para bem aproveitar
20-6-907 - Min to marinha

page_0073

DIRECÇÃO GERAL

DO

ULTRAMAR

6.^a Repartição

Copia conforme

em

20-6-907

Á 1.^a Repartição

Telegramma vindo de Macau

de Junho de 1907

Bispo seguirei Roma 8 Maio. (As.) Governador.

[Stamp: MINISTERIO DO ULTRAMAR - ARQUIVO]

E n.º 172—Outubro de 1906—3.000 ex.

1.^a REPARTIÇÃO

DA 5.^a

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2 Secção

N.º 8

20 de Junho de 1907.

1917—IMPrensa NACIONAL—1906-1907

page_0074

Copia

N. 24864 = Ill.mo e Rev.mo Signore = Mi è grato di comunicare alle S. V. Ill.ma e Rev.ma che, in base alle note trattative scritte e verbali in rapporto allo scambio di territori fra codesta Diocesi ed il Vicariato Apostolico di Canton, rimane stabilito che quando V. S. sarà tornato a Macao, Mons. Vicario Apostolico di Canton o personalmente o per mezzo di un suo delegato si metterà d'intesa con la stessa S. V. perchè senza ulteriore ritardo venga annessa a codesta Diocesi la prefettura di Scido-king (Chao-king), ed al Vicariato stesso l'isola di Hui-nam. La S. C. di Propaganda Fide darà al Vicario sullodato analoghe istruzioni. = Colgo intanto l'occasione per dichiararmi con i sensi di ben sincera stima = di V. S. Ill.ma e Rev.ma = Servitore = Roma, 19 luglio 1907 = Mons Giovanni Paulino Castro e Azevedo = Vescovo di Macao.= (a) Il Card. Merry del Val. =

[Circular stamp: PROPAGANDA FIDE - ARCHIVIO STORICO]

Concorda com o original.

Macau, 20 de Julho de 1907.

P.e Antonio Maria de Moraes Sarmiento

Secretario de Sua Ex.a Rev.ma o Em. Bispo
de Macau.

page_0075

SECRETARIA D'ESTADO
dos Negocios
da Marinha e Ultramar

Direcção Geral do Ultramar

1.^a Repartição

2.^a Secção

[Stamp: DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR]

Camond

p 26-8-907

[Signature]

S. Ex.^a o ministro concorda.

V.^a 6 de 8º de 1907

[Marginalia, left side, written vertically in red ink:]

Offº ao

de Macan

de 10 Nembro

de 1907

[Marginalia, top right, written vertically:]

Officio ao

Ministro dos

Estrangeiros em

5-9-1907

No [unclear word crossed out] concordando, porem, com
o que se deveria ter esclarecido ao Prelado sobre [unclear word crossed out]
as casas e vendas de que eram essas casas; se eram
da Mitra, ou das Missões, como das adjuntas copias de um

foram compradas e vendidas
sem auctorisação do Prefeito do nosso Ministro em Paris
e da nota do Governo francez á
cerca da troca de jurisdições, entre
o bispo de Macaú e o Prefeito apos-
tolico de Cantão na ilha de Hainan
e no districto de Thao-King, consta
a declaração do Ministro dos nego-
cios estrangeiros da Republica
franceza de que a alludida
troca de jurisdições não foi ain-
da levada a effeito por não ter
o bispo de Macaú approved ao
pagamento combinado da differen-
ça de 41:073 patacas entre os va-
lores dos bens da missão portu-
gueza de Hainan e dos da missão
franceza de Thao-King.

Replica a alludida nota, que
aquella differença provém em par-
te, da venda que, estando já a
correr as negociações para a troca,
o bispo de Macaú fez de duas pro-
priedades em Hoi-how, com o pre-
texto de que não pertenciam á mis-
são por dependerem da residencia episcopal.

O Ministerio dos negocios
estrangeiros remettendo com o
incluso officio estes documentos,
pede, com brevidade, os esclareci-
mentos necessarios.

Riu

23-8-907

Morty

8-8-907

Em 23 d'agosto de 1907

o bispo de macaú em
to officio os esclareci-
mentos pedidos.

Transcreve trechos de
correspondencia trocada
com o Prefeito apostoli-
co de Cantão para
provar que nunca
se obrigou a indemnizar
a missão franceza
por quaesquer bens da
missão de Thao-King, e,
nem o poderia fazer
porque o decreto pon-
tificio de 1903 a não
estabeleceu, antes de-
terminou que a per-
muta de jurisdições
se fizesse ad instar
da mudança de
terminada em 1874
da missão de Deon
para a diocese
se declarava na
qual não houve compensação alguma.

A esta

page_0076

a' venda que fez, no decurso das negociações de duas casas em Hoai-How, diz que estas propriedades não pertenciam a' missão de Hainan. Haviam sido adquiridas com dinheiro enviado de Macau per bispos e Medeiros, estiveram sempre anexas á Administração diocesana e em nome d'essa Administração foram vendidas por 12:000 patacas. Deve pois, remetter se ao Ministerio dos Negocios estrangeiros uma copia do officio do Bispo a fim de pelo nosso Ministro em Paris ser informado o Governo francez de que não ha logar a indemnisação para se executar o accordo feito entre os dois prelados. Convem tambem enviar-se ao mesmo Ministerio uma copia da communicação feita ao Bispo de Macau, em 19 de julho ultimo,

pelo Cardeal Secretario
d'Estado de Sua San-
tidade dando-lhe
conhecimento de que
a Santa Sé resolvera
definitivamente a
questão da permu-
ta das jurisdições
de onde não pode ser
impugnada nem
retardada a execu-
ção do decreto pon-
tificio que a orde-
nou.

Em 23-8-907.

Z. Pinto

A esta Rep.ão offerece-se infor-
mar que o bispo de Macau nun-
ca na sua correspondencia official
sobre o assumpto fez qualquer re-
ferencia a tal indemnisação.

Ainda no ultimo officio, da-
tado de Roma em 20 de julho
ultimo, sem nada dizer a simi-
lhante respeito, participou que
a questão fôra definitivamente
resolvida pela Santa Sé de mo-
do a não poder ser impugnada,
nem retardada, a execução do
decreto relativo a' troca das ju-
risdições.

Tendo o bispo de Macau, no
citado officio de 20 de julho an-
nunciado a sua chegada a Lisboa
em principios do corrente mez, de-
ve,

logo que chegue, ser ouvido sobre
o assumpto da nota do governo
francez a fim de dar os escla-
recimentos que são pedidos pelo
Ministerio dos negocios estran-
geiros.

Em 6-8-907.

Lu Pinto

page_0077

Ministerio

dos

Negocios Estrangeiros

---*---

Direcção Geral

dos Negocios Politicos

e Diplomaticos

1ª Repartição

Processo 116

[Handwritten slash]

2

[Handwritten annotation in the left margin]

N.º 11

1.ª REPARTIÇÃO

DA 1.ª

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2 Secção

N.º 336

6 de 8 de 1907

Lisboa 26 de Julho de 1907

[Stamped text in a box]

ULTRAMAR

Illmo. Exmo. Snr.

1ª Rep. N.º 3424

[Circular stamp]

ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO

Com relação ao officio do Snr. Conselheiro Ayres de Ornellas de 25 de Maio ultimo, acerca da troca de jurisdições entre o Bispo de Macau e o Prefeito Apostolico de Cantão, na ilha de Hainan e no districto de Shao King, tenho a honra de remetter a V. Exa. as inclusas copias de um officio do Ministro de Sua Majestade em paris, e de uma nota que o Governo francez lhe dirigiu em resposta ás instancias praticadas por recommendação d'esta Secretaria.

Como V. Exa. se dignará vêr , o Governo da Republica allega que a troca de jurisdições não foi ainda levada a cabo, por não ter o Bispo de Macau annuido ao pagamento combinado da differença entre os valores dos bens da missão portugueza de Hainan e dos da missão franceza de Shao King.

Sobre este ponto rogo a V. Exa. se sirva enviar-me com a possivel brevidade os esclarecimentos necessarios.

DEUS

page_0078

Deus guarde a V.Exa.

Illmo.Exmo.Snr.Ministro e Secretario d'Estado dos negocios da Guerra

e interino dos da marinha e do Ultramar

[Signature]

page_0079

Ministerio

dos

Negocios Estrangeiros

Direcção Geral

dos Negocios Politicos

e Diplomaticos

1ª. Repartição

Legação de Portugal em França

Documento junto ao officio N°

Copia - Extracto - off Monsieur de

Copie Souza-Roza, Ministre de Portugal.

Paris, le 13 Juillet 1907 - Monsieur le

Ministre.

L'évêque de Macao, après s'être soumis aux ordres de Rome relativement à l'échange du district de Hainan contre le district de Tchao-Hing (non compris les 3 sous-préfectures de Shun-tack, de San-ning et de San-hi qui n'en font pas partie) avait admis le principe d'une indemnité destinée à parfaire la différence pouvant exister entre la valeur des biens appartenant à la mission française de Tchao-Hing et ceux de la mission portugaise de Hainan; le chiffre de cette indemnité devait résulter d'un inventaire qui fut établi sur place par les délégués des deux évêques et signé de leurs noms, cet inven-

taire a fait ressortir une différence de
41,093 piastres entre la valeur des biens

page_0080

du district portugais et ceux du district français. Ce chiffre considérable résulte en partie de la vente faite aux cours même de la négociation par Mgr d'Azevedo des deux propriétés de la mission portugaise à Hoir hodo, centre du district, en alléguant que ces maisons dépendaient de la mense épiscopale et ne rentraient pas dans les biens généraux de la mission. La discussion de ce point serait sans objet si l'indemnité légitime prévue, était payée par l'évêque de Macao à l'évêque de Canton. - Dans les conditions actuelles, la question se présente de la manière suivante: les deux évêques sont tenus par la décision de Rome et l'échange des districts sera réalisé aussitôt que Mgr d'Azevedo aura remis à Mgr Clérel les 41,073 piastres représentant la différence de valeur entre les biens du district de Tchao King et ceux du district de Hoaman. - Agréez les assurances - etc-

page_0081

-a) S. Pichon. — Está conforme.

-Paris, em 20 de Julho de 1907.—

a) Bartholomeu Ferreira. —

Está conforme. Repartição dos

Negocios Politicos em 26 de Ju=

lho de 1907.

José Duarte Ramalho Ortigão

O Secretario da Legação

[STAMP: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

page_0082

Ministerio

dos

Negocios Estrangeiros

Direcção Geral

dos Negocios Politicos

e Diplomaticos

1ª Repartição

Legação de Portugal em France - N.º 44-Pa-
ris em 19 de Julho de 1907 - Ill.mo e Ex.mo Snr. = Em
observancia ás instrucções que me foram dadas por
V. Ex.^a em despacho de 15 de Junho solicitei d'este
Ministro dos Negocios Estrangeiros a sua inter-
venção, com o fim de evitar que pelas missões
francezas fosse posto embaraço á execução do
accordo relativo á troca das jurisdicções eccle-
siasticas do Districto de Tchao-King-fou e da
ilha de Haïnan. - Havendo eu exposto ao Snr.
Pichon todas as circumstancias referidas nos
documentos que me foram enviados por V. Ex.^a,
prometteu-me o Ministro inteirar-se do caso
e dar-me uma resposta depois de ter ouvido o
Prefeito Apostolico de Cantão que chegára
ha pouco a Europa e que fôra a Roma,
de onde voltaria em poucos dias. - O Minis-
tro enviou-me ultimamente a nota que te-
nho a honra de transmittir a V. Ex.^a por co-
pia, na qual o Snr. Pichon declara que o im-
pedimento á realisação do accordo consiste
em se recusar o Bispo de Macau ao paga-

mento da indemnisação que resulta dos
inventarios feitos pelos delegados dos dois

page_0083

bispos sobre o valor das propriedades das suas respectivas missões. Estes inventarios das as propriedades da missão franceza um valor superior de 41073 patacas ao valor das propriedades da missão Portuguesa. Uma vez que esta quantia seja paga nenhum obstaculo haverá á completa realisação do accordo. Depois de ter recebido esta nota dirigi-me ainda ao Snr. Pichon para saber se effectivamente o Bispo de Macau tomára o compromisso de pagar a indemnisação referida, ao que o Ministro respondeu que assim fôra intendido com o Prefeito Apostolico de Cantão, e que nem outra coisa motivara os inventarios que haviam sido feitos e assignados pelos delegados dos dois bispos. Nestas condições não me parece possivel conseguir que o Governo francez se decida a intervir n'esta questão de qualquer maneira - Deus Guarde a V. Ex^a - Ill.mo e Ex.mo Snr. Conselheiro Mariano Monteiro, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros. - (a) Conde de Sabuga Roza. Está conforme = Repartição dos Ne-

page_0084

gócios Politicos em 26 de Julho de
1904

José Duarte Pedroso Junior

O Secretario de Segred.o

[Stamp: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

page_0085

[Stamp: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

[Handwritten, top right corner]: Ur.te

[Handwritten, top right corner]: Ill.mo Ex.mo Senhor

[Stamp: ULTRAMAR | 21 AGOSTO 1907 | Rep. Nº 378]

Tenho a honra de accusar a recepção do officio de V. Ex.cia de 10 do corrente acompanhado das copias d'um officio do Ministro de Sua Magestade em Paris e d'uma nota que o Governo francez lhe dirigiu ácerca da troca de jurisdições a effectuar entre o bispo de Macau e o prefeito Apostolico de Cantão em que se estabelece como condição para a execução do decreto pontificio que ordenou a permuta de jurisdições em Hainan e Shew-ing entre aquelles dois prelados, uma indemnisação de \$ 41:073 patacas por parte do bispo de Macau ao Prelado de Cantão. As rasões em que a nota fundamente essa exigencia são duas: 1ª Ter o bispo de Macau admittido o principio d'uma indemnisação destinada a perfazer a differença que podesse existir entre o valor dos bens pertencentes á missão franceza de Tchao-King e os da missão portugueza de Hainan; devendo a cifra d'essa indemnisação resultar d'inventarios feitos pelos delegados dos dois prelados, os quaes accusam uma differença de \$ 41:073 patacas entre os bens do districto portu-

[Marginalia, left side]:

[Stamp: 1.^a REPARTIÇÃO]

[Stamp: DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR]

[Handwritten]: 2 Secção

[Handwritten]: macau

[Handwritten]: 4 de Agosto de 1907

[Handwritten]: 123

page_0086

guez e os do districto francez.

2º: a venda que o bispo de Macau fez, no decurso das negociações, de duas propriedades da missão portugueza de Hoi-how, a qual concorreu para aquella grande differença.

Para satisfazer ao que V. Ex.cia de mim solicita, tenho a honra de contrapor as duas affirmações da Nota o seguinte:

1º Não é verdade que eu tivesse admittido o principio d'uma indemnisação pela differença de valores resultante dos inventarios.

Com effeito as negociações entabouladas entre mim e o prelado de Cantão para a execução do Decreto Pontificio duraram quasi um anno, desde 9 d'abril de 1905 até 20 de março de 1907. Ora, até á celebração do accordo para a execução do Decreto nunca se fallou em indemnisação alguma, como se pode ver em toda a correspondencia trocada entre mim e Monsenhor Merel.

Os termos d'esse accordo constam do officio do Prelado de Cantão de 15 de agosto de 1905 que adeante reproduzirei apoz uma breve explica-

page_0087

ção para melhor intelligencia.

Eis a explicação.

Na reunião dos delegados de Cantão com o bispo de Macau celebrada na residencia d'este em 9 d'aquelle mez, o bispo de Macau desejando chegar a um accordo com o prelado de Cantão, compromettia-se a ceder a este prelado alguns sub-districtos no extremo norte do districto de Shiu-hing, comtanto que, alem do restante d'este districto, recebesse em troca as subprefeituras de Yeung-kong, San-ui e San-ing ao Sul do mesmo districto. No caso d'esta solução não agradar a Monsenhor Merel, queria o bispo de Macau que se procedesse á execução do decreto pontificio de 3 de fevereiro de 1903 explicado por uma declaração da Santa Sé de 16 de março de 1904.

Eis o que o prelado de Cantão em seu officio de 16 d'agosto diz, dando por feito o accordo com o seu collega, depois de precisar os termos d'esse accordo: "Pour faire suite aux conversations que Votre Grace a biens voulu avoir avec les P.P.

page_0088

Fleureau et Gauthier relativement à l'échange de la juridiction ecclésiastique de Hainan, j'ai l'honneur d'annoncer à Votre Excellence que des deux solutions proposées, j'accepte celle qui est la plus conforme aux vues du Souverain Pontife. Votre Grandeur cédera à la mission de Kouang-tong l'île de Hainan et en compensation prendra la seule préfecture de Chaou-king sans les sous-préfectures de Shun-tac, San-ui, San-ning, conformément au décret (N.o 4345) daté du 16 mars 1904 qui établit le vœu de celui de la S. C. de la Propagande daté du 3 février 1903.

Reste à fixer le jour où se feront cet échange et la remise des chrétientés et de chapelles. Je me permettrai d'envoyer les P.P. Fleureau et Gauthier s'entendre avec Votre Excellence à ce sujet et régler définitivement cette question. »

Nem uma palavra sobre indemnizações a dar á Prefeitura Apostolica. Pelo contrario, segundo o digno prelado, está é que tem de dar uma compensação ao bispo de Macau, e a

page_0089

isso se compromette.

O accordo para a execução do decreto pontificio estava pois feito. Só faltava fixar o dia para que esta se effectuasse - Resta a fixar de fôro, diz Monse-nhor Merel, que desde logo e para esse fim amun-cia que mandará a Macau os seus delegados. Estes vieram effectivamente acompanhados d'uma carta do seu prelado datada de 3 de setembro na qual nem uma palavra se diz a respeito d'indemnisações.

Na sessão por esta ocasião celebrada as-sentou-se no seguinte: 1º. executar-se o decreto pontificio no dia 15 d'outubro proximo; 2º. serem previamente visitados os districtos por delegados das duas jurisdições para á vista d'in-ventarios tomarem conhecimento do que hou-vesse pertencente ás respectivas Missões.

Suggestiram os delegados do prelado de Cantão que se desse por parte de Macau uma indemnização á Prefeitura Apostolica; mas essa restricta ao que alguns dos seus Missio-

page_0090

narios tinham desembolsado em obras realizadas em proveito das missões. Que se tratava d'outra conformação, porque a unica admissivel esta va sindicada na declaração da Santa Sé de 16 de março de 1904 de cuja execução se tratava, e devia ser dada pela Prefeitura Apostolica á Diocese de Macau.

Ainda assim o bispo de Macau não quiz annuir á proposta como se verá da resposta por elle dada ao prelado de Cantão, com a qual esse prelado se conformou sem nada replicar. Vejamos o officio que provocou essa resposta. Em 8 de setembro de 1905, Monsenhor Merel, Prefeito Apostolico de Cantão, escrevia ao bispo de Macau:

"Je souscris volontiers á la décision de Votre Grandeur qui fixe au 16 octobre prochain le jour ou nous échangerons les juridictions de Hainan et de Seibing pour nous conformer au décret du Saint Siege en date du 16 mars 1904. Selon votre avis, un Pere de votre diocèse

page_0091

visitera les diverses chrétientés à échanger afin de dresser un état de ces diverses chrétientés et de juger des compensations qu'il conviendra d'accorder. Dans ce but je me permets d'envoyer auprès de Votre Grandeur le P. Gauthier en vous priant de l'accréditer près des missionnaires de Hainan pour faire avec eux cette visite."

Por aqui se vê que o prelado de Cantão aceitou as duas resoluções tomadas d'accordo pelos seus delegados e o bispo de Macau, - ácerca da dia para a execução do decreto pontificio e das visitas a fazer aos districtos. Errava porem em dizer que, segundo a opinião do bispo de Macau essas visitas terião um duplo fim "dresser un état de ces diverses chrétientés e de juger des compensations qu'il conviendrait d'accorder."

Em meu officio de 2 d'outubro de 1906, em resposta ao precedente, eu fiz ver a inexactidão d'esta parte e restabeleci a verdade nos seguintes termos que bem deixam ver o fim para que eu propozera os inventarios, e que

page_0092

repellia a ideia d'uma indemnisação qual-quer. "A Hainan tout pera montre au débéquede Votre Grandeur en présence d'un inventaire que le Père Pitta a fait de toutes choses. Je prie Votre Grandeur d'ordonner qu'il se fasse de même à Shew-ing."

Não se pretendia outra cousa senão proporcionar aos missionarios um meio de conhecer os bens moveis e immoveis das missões de que iam tomar posse. Tal era o fim dos inventarios.

"Comme j'ai fait remarquer aux PP. Flureau e Gauthier, je ne peux me compromettre d'avance à faire aucune indemnisation à vos missionnaires pas même en raison des frais qu'ils ont fait au profit des missions qu'ils ont administrées. Il me semble que tout cela doit être à charge à ces messieurs ou à la jurisdiction qu'ils représentent. J'ai toujours pensé de même à l'égard de Hainan, malgré les grandes sommes d'argent envoyées de Macao et celles qu'ils ont

page_0093

tirées de leurs propres ressources pour la réalisation des constructions qu'ils ont entreprises et menées à bout.

J'ai ordonné au P. Pitta (Supérieur des Missao em Hainan) de faire un compte minutieux de tous ces frais et de l'ajouter à l'inventaire dans l'intention seulement de faire connaître ce que la mission de Macao et ses missionnaires ont dépensé dans les asiles, maisons et chapelles de Hainan, au profit des chrétientés; mais sans le propos d'exiger une indemnisation de qui que ce soit. Ce fut dans un pareil but que j'ai demandé aux Rév. P.P. Fleureau et Gauthier de faire ajouter des notes aux articles de l'inventaire de la mission de Shao-King là où on trouvera juste, pour faire connaître tout ce qui a été fait aux frais de la mission de Canton et de ses dignes et zélés missionnaires. Je pense que ce sera la meilleur façon de nous ménager des doutes et des contestations qui ne peuvent que revenir au détriment de la grande

page_0094

affaire qui nous occupe.”

Não se podia ser mais claro e categorico em determinar o fim que se tinha em vista com os inventarios, o sentido dos algarismos que n’elle figurariam, e em devial-os do fim que Monsenhor Merel lhes queria attribuir, e que, se prevalecesse, teria as mais funestas consequencias para a realisação do nosso accordo? Surgiriam questões interminaveis a que se quiz desde logo pôr uma barreira.

Monsenhor Merel conformou-se com esta resposta porque em seu officio de 11 d’outubro referindo-se a ella nada replicou, e pelo contrario diz que o seu delegado em Hainan faria os inventarios em harmonia com as instrucções por mim dadas ao P. Pitta, e nem mais uma palavra disse d’indemnisações.

Eis o teor do dito officio em que se faz expressa preferencia ao meu citado officio de 8 d’Outubro e ás instrucções que eu n’elle dizia déra ao P. Pitta:

page_0095

le Rev. Pere Pitta qui aura toute faculté de rentrer à Macau et d'y ramener les soeurs (as religiosas missionarias ao serviço de Hainan)".

N'este officio o Prelado de Cantão não só concorda com as instrucções dadas pelo bispo de Macau para a confecção dos inventarios conforme este as explicara e precisara no officio a que aquelle responde, mas ainda traçava o plano que devia seguir-se até á definitiva troca de jurisdicções e abandono das missões pelo respectivo pessoal missionario. Tudo, segundo elle, se levaria a effeito sem que para qualquer das partes houvesse a obrigação de dar á outra uma indemnisação qualquer por differença de valores encontrados nos inventarios.

Nas subseqüentes negociações celebradas entre mim e o Prelado de Cantão quer directamente quer por intermedio de nossos missionarios não ha uma só palavra nem um acto em que eu reconhecesse ao Prelado de Can

page_0096

tão direito a quaesquer indemnisações da minha parte para compensar as desigualdades encontradas no confronto dos inventarios das duas missões. O simples facto de propor e annuir a que se fizessem os inventarios com a designação de valores não implica para nenhuma das partes a obrigação nem o direito a indemnisações, uma vez que não se fez expressa e previa declaração mutuamente acceita de que seriam feitos para esse determinado fim e desde que o Decreto pontificio acceito por ambos os prelados ordenava a permuta de jurisdições com a exclusão do encargo d'indemnisações taes d'um para com o outro.

Vem muito a proposito, para completar a minha resposta a esta parte da nota, reproduzir aqui uma passagem da Memoria que apresentei em Roma na Secretaria d'Estado do Vaticano, com data de 13 de Junho do anno corrente, na qual refuto uma objecção, repetidas vezes feita pelo Prelado de Cantão. É como segue:

page_0097

"Esta objecção (da desigualdade de valores e do numero de christãos) tinha já sido refutada pelo bispo de Macau em seu officio de 7 de março do anno corrente em resposta a outro do Prelado de Cantão de dia 4. Eis aqui o que então se disse e que não perdeu nada da sua força, porque o Snr. Prefeito Apostolico nada replicou, limitando-se a reproduzir a objecção.

Disse o bispo de Macau: "Pour ce qui concerne la disproportion que les inventaires montrent exister entre Hainan et Shew-ing au double point de vue des propriétés et du nombre de Chretiens, nous n'avons rien a y voir dès que le Souverain Pontife, après un mûr examen des choses, rationibus hinc inde allatis mature perpensis, comme s'exprime le décret du 3 février 1903 de la Propagande, a ordonné l'échange de l'île de Hainan contre le district de Shew-ing. En effet le Décret est "absolu", il n'impose aucune condition, n'exige aucune compensation. La jurisdiction

page_0098

à échanger est une jurisdiction territoriale qui de sa nature, attire à elle, avec les territoires, les chrétiens et les choses appartenant à celles-ci.

Le Décret ne fait aucune distinction de ces choses.

Comment donc vouloir les séparer pour en faire l'objet d'une convention à part? Ubi lex non distinguit nemo potest distinguere.

Le Décret ajoute même "ad instar mutationis quae peracta fuit anno 1874 in quo per Bullam diei 15 junii supradicta insula Hainan Macaonensi dioecesi adnexa fuit."

Ora a Bulla não impoz compensação alguma; e a ilha de Hainan no anno de 1874 (ou melhor em 1876, anno em que foi executada a Bulla) passou para a jurisdição de Macau sem que da parte da Prefeitura Apostolica de Kouang-ton se exigisse compensação alguma por parte de Macau, não obstante os bens e as capellas que a missão franceza acolá possuía, e o numero de christãos que, segundo documentos authenticos, se elevava a 838.

page_0099

A acta do Convenio celebrado em Cantão no dia 23 de março de 1876 para a execução da Bulla não accusa nenhuma indemnisação e o Prelado de Cantão, Monsenhor Guillemín, em officio de 19 de outubro de 1876 ao Superior da missão Portuguesa de Hainan declara que não tem compensações a exigir.

Bem ao contrario do que pretende Monsenhor Merel, a compensação a fazer é ao bispo de Macau que deve ser dada. Effectivamente: 1.º Elle era obrigado a ceder a ilha de Hainan, que por direito concordatario lhe pertencia, para satisfazer a uma proposta do Governo francez feita com o intuito de servir os interesses da Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris; era elle quem tinha direito a receber uma compensação; 2.º Foi isso o que expressamente ordenou a Santa Sé, como se vê da declaração de 16 de março de 1904: "La Santa Sede ha dichiarato che la giurisdizione del Vescovo di Macao, in compenso della cessione dell'isola de Hainan-----debba estender-si al distretto di Chao-king".

page_0100

Monsenhor Merel teve conhecimento d'esta decisão da Santa Sé, pois a reproduziu em seu officio de 25 de Julho de 1905 e com ella se conformou, declarando-me, a proposito da mesma, que era humilde e absolutamente submisso ás ordens da Santa Sé, em seu officio de 15 d'agosto, que eu já aqui reproduzi, dá como feito o accordo comigo para a execução das determinações da Santa Sé constantes do Decreto de 3 de fevereiro de 1903 explicado por essa declaração, e foi ainda a esta decisão que elle se referiu quando telegraphicamente e depois em relatorio communicava ao Governo da Republica o accordo celebrado com o bispo de Macau, que segundo elle dizia versava sobre a execução do Decreto da Propaganda de 3 de fevereiro de 1903 explicado pelo rescripto de 16 de Março de 1904, e nada mais.

Pela minha parte eu não podia tomar o compromisso de dar uma tal indemnisação á Prefeitura Apostolica porque isso levar-nos-hia para fora do ambito traçado pelas decisões pontificias acceitas pelos dois governos de Lisboa e de Paris. E eu

page_0101

não o faria sem o consentimento e aprovação dos poderes superiores.

Monsenhor Merel sabia-o perfeitamente, porque mais d'uma vez eu lhe disse e fiz constar que de tudo quanto não fosse a estricte execução das decisões de Roma eu nada faria sem o assentimento e aprovação do Governo e da Santa Sé. Esta declaração encontra-se particularmente no meu officio de 8 de maio de 1905, feita logo no começo das negociações que entre nós foram entabuladas.

Por isso desde que se accordou na execução do decreto pontificio de 3 de fevereiro de 1903 explicado pela declaração de 16 de março de 1904, não se tratou de mais nada se não de pôr em execução as decisões romanas; outro qualquer pensamento foi ipso facto posto de parte.

Eu tenho em meu poder documentos, a maior parte d'elles escriptos e assignados por Monsenhor senhor Merel que provam á evidencia tudo quanto hei até aqui affirmado, e posso desassombradamente desafiar a quem quer que seja a que produza

page_0102

com um só documento por mim escripto ou assignado em que eu me obrigasse a indemnizar a Prefeitura Apostolica pelas differenças de valores que os inventarios accusam.

2º Quanto á venda feita pelo bispo de Macau no decurso das negociações, de duas propriedades em Hoi-how, já esta objecção tinha sido por mim refutada em meu officio de 31 de dezembro de 1906 dirigido a Monsenhor Merel em resposta a outro do dito Prelado de 17 do mesmo mez e anno e minha Memoria que em Roma apresentei com data de 13 de Junho do anno corrente, devidamente documentada, na Secretaria d'Estado do Vaticano. Insiste-se na allegação mas sem produzir uma unica rasão capaz de destruir o que contrariamente a ella foi dito e provado. Eis o que entre outras cousas eu tinha dito a Monsenhor Merel:

<< La mission d'Hainan n'avait rien à voir à ces deux maisons. Elle appartenait à l'administra

page_0103

tion diocesaine de Macao au même titre que bien d'autres que nous avons á Hong-Kong et á Singapura. Le père Pitta (superior da Missao) pendant ces maisons agissait non en sa qualité de missionnaire de Hainan, mais comme procureur de l'administration de Macao."»

Essas casas tinham sido adquiridas com dinheiro mandado de Macao, pelo bispo da Diocese D. Antonio de Medeiros, como já antes muitas outras tinham sido adquiridas em Hong-Kong e Singapura, sem que até hoje ninguém se lembrasse de as revindicar para as missões locais. Como as d'essas outras cidades as casas de Hainan estiveram sempre á renda por conta da administração diocesana e nunca tiveram outra aplicação. Sabe-o toda a gente em Hainan.

No inventario dos bens de Hainan, feito em abril de 1905 pelo Superior da Missão e que eu juntei como documento á Memoria que apresentei em Roma), essas casas figuram como pertencendo á administração diocesana de Macau. Na curia episcopal o rendimento

page_0104

d'esses predios era escripturado como pertencendo áquella administração. Em nome d'esta administração foram vendidas em junho de 1906 sendo o recibo da somma de \$12:000 patacas, importancia da venda, passado e assignado em Macau pelo bispo como presidente d'essa administração. A minuta ou modelo d'esse recibo foi mandado de Foinem a instancia do comprador, que exigia aquelle documento para segurança sua e não se contentava com o que lhe queria passar o Superior da Missão. Esse modelo foi tambem por mim junto como documento á Memoria que com data de 13 de junho do anno corrente apresentei em Roma, na Secretaria d'Estado do Vaticano.

Convem aqui notar uma circumstancia muito significativa. Ao passo que a administração diocesana de Macau vendia as duas casas que possuia em Foi-how, porque eram suas, não pensou sequer em vender os edificios de dois asylos construidos pelos missionarios portugueses ainda ha muito pouco tempo, mesmo já depois de

page_0105

terem começado as negociações para a permuta de jurisdições, um em Kiang-Chow, capital da ilha, outro em Seom-tui-san. E não o fez apesar de haverem sido mandados de Macau importantes subsidios pecuniarios para esse fim, porque em grande parte com grande parte essas obras se fizeram com o auxilio de subsidios recolhidos pelos missionarios nas respectivas localidades, e em terreno da missao local.

Nenhuma d'estas minhas affirmações soffre contestação, porque todas se baseiam em documentos publicos que os interessados podem consultar, se lhes aprouver, e podem ser corroboradas pelo testemunho d'alguns sacerdotes que relevantes serviços prestaram á diocese de Macau. São esses o M.to Rev.do Conego Francisco Pedro Gonsalves antigo Vigario Geral do Bispado de Macau residente em Lisboa, e os antigos missionarios e Superiores da Missão de Hainan P.e José Vicente Costa, residente em Lisboa, Conego José Manuel Diegas, residente em Bragança e P.e Anacleto Cotrim Garcez, parocho

page_0106

em tal de Cavallos.

Em vista do exposto fica mais que prova do que o bispo de Macao nao tem obrigação de fazer indemnisação alguma ao Prelado de Canton nem pelas differenças de valores dos inventarios nem pela venda de casas que nao pertenciam á Missão de Hainan, devendo por conseguinte o decreto pontificio que ordena a permuta de jurisdições em Hainan e Sherving, ser executado pelos dois prelados, não só porque a isso se obrigaram com a annuencia dos dois governos, mas porque assim decidiu a Santa Sé recentemente em rescripto de 19 de julho de 1907.

Deus Guarde a V. Exc.

Lisboa, 19 d'agosto de 1907

Ill.mo e Ex.mo Snr. Conselheiro

Director Geral do Ministerio do Ultramar

João Paulino d'Azevedo e Castro

Bispo de Macao

page_0107

Ministerio

dos

Negocios Estrangeiros

Direcção Geral

dos Negocios Politicos

e Diplomaticos

1ª Repartição

Lisboa 10 d'abril de 1908

[STAMP: ULTRAMAR CX 13 ABRIL 1908]

Ill.mo e Ex.mo Snr:

[Handwritten: da Rep. N.º 1876]

Com referencia ao assumpto do officio d'esse Ministerio datado de 5 de setembro do anno findo, cabe-me a honra de passar ás mãos de V. Ex.^a a inclusa copia da Nota dirigida pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros de França ao nosso representante em Paris, relativamente á troca das jurisdicções ecclesiasticas de Hainan e Shão-King.

Deus guarde a V. Ex.^a

Ill.mo e Ex.mo Snr. Ministro e Secretario
d'Estado dos Negocios de Marinha e Ultramar.

[STAMP: HISTORICO ULTRAMARINO ARQUIVO]

[Signature: Sinnel de]

[Signature: Menezes Taveira de Carvalho]

[Marginalia in red ink:]

Offº ao Bispo de Macau

em 21-4-1908

[Handwritten note below signature:]

1.ª Repartição 2ª Secção

Convem que seja enviada uma

cópia de cópia da nota inclusa

ao revd.º Bispo de Macau para

seu conhecimento.

15-4-908.

[Signature: L. Bastos]

[Footer:]

1.ª REPARTIÇÃO

DA S.ª

DIRECÇÃO GERAL DO ULTRAMAR

2.ª Secção

[Handwritten: Acuso] N.º [Handwritten: 129]

[Handwritten: 14] de [Handwritten: 4] de 190 8

page_0108

Ministerio

dos

Negocios Estrangeiros

._*_

Direcção Geral

dos Negocios Politicos

e Diplomaticos

1ª Repartição

Copia

Legação de Portugal em França - Documento
junto ao officio nº 18 A - Ministère des
Affaires Etrangères -- à Ex. le Comte de Souza
Roza, etc. etc. etc. - Paris le 18 Mars 1908. - M. le
Comte, -- Par votre office du 24 Décembre dernier,
vous m'avez fait l'honneur de m'entretenir à
nouveau de la question de l'échange entre les
évêques de Macau et de Canton de la juridiction
apostolique d'Hainan contre celle du district de Tchao
king. Pour satisfaire au désir que vous avez exprimé,
mon département a fait savoir à Mgr. Merel
qu'il ait à se conformer pure et simplement
aux décrets rendus par le Saint-Siège relativement
à l'échange des districts précités, et après, etc. etc.
(assignado) -- S. Pichon -- Está conforme -- Legação
de Sua Magestade em Paris aos 20 de Março de 1908
(a) Francisco Quintella de Sampaio --
Está conforme - Repartição dos Negocios Politicos
em 10 d'Abril de 1908

University of Saint Joseph

Bibliotheca Diocesis Macaonensis

José Quartelho Moro Junior

page_0109

Sciuta

C. 11-4-8

Copia

Carillon Eminence

[stamp: ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO]

pa D'Urb: junte ao
prorem,

Me voici encore absent de mon
diocèse où je comptais me trouver de retour depuis
longtemps.

Malheureusement l'affaire de Jai-
man et Therving traine en longueur et me re-
tient en Europe par suite des difficultés que d'in-
justes prétentions du Prélat de Canton ne cessent
de susciter.

En effet, Monseigneur Merel, qui
était venu à Rome pour y traiter personnellement
de la même affaire, voyant échouer tous ses efforts
devant la décision suprême qui l'obligeait de
se conformer au décret de la Propagande du 3
février 1903 expliqué par la déclaration du 15 mai
1904, a quitté cette ville dans la première moitié du
mois de juillet dernier pour se rendre à Paris où,
grâce au bon accueil que lui a accordé le gou-
vernement de son pays, il a trouvé moyen de
retarder l'exécution des ordres de Rome!

University of Saint Joseph

Bibliotheca Diocesis Macaonensis

Vraiment, dans une note diplomatique
adressée au représentant de Portugal en France

page_0110

le Ministre des Affaires étrangères répétait la même exigence de Monseigneur Mérel déjà répétée par moi auprès de Votre Eminence, touchant une certaine indemnité que, d'après lui, je suis obligé de payer pour compenser la différence de valeurs des biens appartenant aux chrétientés des deux districts en question.

Aux affirmations de la note du ministre français, j'ai apposé ma réponse en date du 19 août dernier, démontrant que le Prélat de Canton n'a le droit d'exiger de moi aucune indemnité, car ni la nature de l'affaire, ni les décisions de Rome, ni une convention entre les deux Prélats ne peuvent être invoquées par lui pour justifier une telle exigence.

Bien au contraire:

a) L'affaire en question est, selon la lettre du Décret, une "delimitatio confinium". Réellement elle n'est qu'un échange de juridiction entre l'évêque de Macau et le Préfet apostolique de Canton, sur certains ter-

page_0111

pitoires, les chrétientés qui y habitent, et les biens mobiles et immobiliers appartenant à celles ci.

Il n'y a que la seule juridiction qui change; tout le reste - territoires, chrétientés et propriétés - persiste, de chaque côté, là où il était et dans le même état où il se trouvait auparavant.

La délimitation *confinium* n'y produit pas d'autre changement substantiel, l'acte suprême qui l'ordonne n'autorisant pas d'autre effet.

De leur côté, l'évêque et le préfet apostolique manquent d'autorité pour en faire autrement, indépendamment de l'autorité du Saint Siège.

En effet, pour ce qui concerne les biens ecclésiastiques en particulier, il y a dans le Droit de l'Eglise et spécialement dans le Droit en vigueur dans les contrées de missions des dispositions d'après lesquelles ni les Evêques ni les Vicaires Apostoliques ne peuvent disposer de ces biens sans la permission du Saint Siège (*De rebus eccl. alienandis vel non*

page_0112

III, 4 Sextrav. Comm., Const. Apostolicae Sedis, n. 3; S. C. de la Propagande 28 juillet 1721, 27 août 1832, 18 octobre 1883).

Toutes ces dispositions contrariaient évidemment la compensation en question, l'évêque et le Préfet Apostolique n'étant pas autorisés à disposer des biens de l'Eglise et de la Mission.

b) Le Décret du 3 février 1903 qui ordonne la délimitation de territoires entre le diocèse de Macau et la Préfecture Apostolique de Canton, dispose qu'elle se fasse "ad instar mutationis quae peracta fuit anno 1874, in quo per Bullam diei 15 junii.... Insula Hainan Macaovensi dioecesi adnexa fuit." Mais alors, l'annexion s'effectua et Hainan passa sous la juridiction de l'évêque de Macau sans aucune compensation pour la Préfecture de Canton. Le Préfet Apostolique à cette époque, lui-même a déclaré qu'il n'y avait aucune indemnité à exiger des biens appartenant à la Mission. Quant à la déclaration du 16 mars 1904, elle ne

page_0113

dit rien en opposition à la doctrine du susdit

Décret.

c) En fait de conventions entre l'Evêque de Macao et le Vicaire Apostolique, voici ce qu'il y a: 1°. D'abord, il fut convenu que le Décret du 3 Février 1903 expliqué par la Déclaration du 15 mars 1904 serait exécuté, le 15 octobre 1905 étant fixé pour cela; 2°. Il fut encore convenu de faire les inventaires des chrétientés, afin que chacun pût mieux connaître en quel état se trouvaient celles qui lui adviendraient par suite de l'échange en voie d'exécution. Mais lorsqu'il fut question d'une indemnité pour compenser la différence de valeurs des biens résultant des inventaires, l'évêque de Macao fit aussitôt aux délégués du Prélat de Canton la formelle et expresse déclaration qu'il ne se compromettrait à donner aucune compensation et qu'il n'en exigerait aucune en raison de telle différence. Et dès la première fois que le Préfet Apostolique en parla par écrit à l'évêque

page_0114

de Macao, celui-ci lui a répondu de la même façon et dans le même sens, en donnant des explications que le Prélat de Canton accepta sans répliques montrant plutôt se conformer à l'avis de l'évêque de Macao; et tout cela (circonstance digne de remarque) bien avant que les missionnaires délégués pour faire les inventaires se rendissent dans les districts où ils devaient accomplir leur tâche. Et pour bien témoigner son entière conformité à l'avis de son collègue, Monseigneur Merel écrivait que les inventaires se feraient selon les "instructions de celui-ci - selon vos instructions", me disait-il. Le texte des lettres écrites de part et d'autre existe, et pourra être reproduit pour témoigner la vérité, s'il en est besoin.

Malheureusement ce Prélat semble avoir oublié ses promesses et tout ce qui a été solennellement convenu entre lui et moi; et dans son aveuglement il va jusqu'à l'extrémité de négocier l'intervention du gouvernement français, pour qui la question était déjà définitivement ré-

page_0115

solue, pour en faire l'instrument de ses injustes prétentions actives du gouvernement portugais à fin d'empêcher ou de diffculter l'exécution des ordres du Saint Siège.

Les inventaires! voilà le seul fondement sur lequel le gouvernement français s'appuie pour exiger le paiement de l'indemnité. Mais, chose étonnante, les inventaires, comme il est facile à constater, ne signifient rien, ni pour ni contre une telle prétention. Toute l'évidence désirable dans ces documents pour prouver une telle obligation, s'ils en avaient, leur viendrait de la convention préalable célébrée entre l'évêque de Macao et le Préfet Apostolique. Or, les termes de la convention, je l'ai déjà dit, sont tout-à-fait contraires à l'indemnité; et ni Monseigneur Merel, ni ses délégués, ni le gouvernement français ne pourront jamais prouver qu'ils lui soient favorables.

Le gouvernement de Paris se fait encore

page_0116

l'organe du Prélat de Canton pour insister sur une accusation déjà plusieurs fois réfutée.

La vente de deux maisons que les évêques de Macao avaient fait bâtir sur des terrains qu'ils avaient achetés à leurs frais et qui n'appartenaient nullement à la mission locale de Hainan, continue à être exploitée dans le but de créer à l'évêque de Macao une situation défavorable et peu digne, et de difficulté la solution de l'affaire !

Ayant déjà réfuté cette accusation, je m'abstiens d'y insister, d'autant plus que c'est plutôt à Monseigneur Merel le devoir de prouver que l'évêque de Macao n'avait pas le droit de faire une telle vente de propriétés qui n'appartenaient pas à la mission locale de Hainan.

Tant que le Préfet Apostolique ne saura le prouver, il lui sera tout-à-fait inutile d'insister sur une si injuste accusation.

